

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP – FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A LBA E AS PROJEÇÕES JORNALÍSTICAS A RESPEITO DA ATUAÇÃO FRENTE
AO ATENDIMENTO À CRIANÇA POBRE: IMPACTOS NA HISTÓRIA SOCIAL
DA INFÂNCIA EM RIBEIRÃO PRETO (1942-1954).**

MÁRCIA MARIA SOARES BATISTA

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências. Área: Educação.

RIBEIRÃO PRETO – SP
2022

MÁRCIA MARIA SOARES BATISTA

**A LBA E AS PROJEÇÕES JORNALÍSTICAS A RESPEITO DA ATUAÇÃO FRENTE
AO ATENDIMENTO À CRIANÇA POBRE: IMPACTOS NA HISTÓRIA SOCIAL
DA INFÂNCIA EM RIBEIRÃO PRETO (1942-1954).**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências. Área: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio C. da Fonseca.

VERSÃO CORRIGIDA

RIBEIRÃO PRETO – SP
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

BATISTA, Márcia Maria Soares.

A LBA e as projeções jornalísticas a respeito da atuação frente ao atendimento à criança pobre: impactos na História Social da infância em Ribeirão Preto (1942-1954).

67 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Educação.

Orientador: FONSECA, Sérgio César da.

1. Legião Brasileira de Assistência. 2. Jornais impressos. 3. Repercussões 4. Assistência. 5. Assistencialismo.

BATISTA, Márcia Maria Soares.

A LBA e as projeções jornalísticas a respeito da atuação frente ao atendimento à criança pobre: impactos na História Social da infância em Ribeirão Preto (1942-1954).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: 02 / 12 / 2021

Banca Examinadora

Prof. Dr.: Sérgio César da Fonseca

Instituição: Faculdade de Filosofia, Ciências de Letras de Ribeirão Preto

Julgamento: _____

Prof. Dr.: Felipe Ziotti Narita

Instituição: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Julgamento: _____

Prof. Dr.: Marco Antonio Almeida

Instituição: Faculdade de Filosofia, Ciências de Letras de Ribeirão Preto

Julgamento: _____

Aos meus avós...

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão a Deus, pela intuição, inspiração e pela vida, que milagrosamente suporta corpo e alma, ao longo dessa trajetória que já ultrapassa os 50 anos.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Sérgio César da Fonseca, por ter contribuído com meu ingresso no Mestrado, a partir de sua disciplina Infância, História e Educação. Agradeço as orientações e paciência em tratar a minha ‘maternidade’. Agradeço pela avaliação, o que me fez refletir sobre o imensurável caminho de leitura, estudos e produção, que ainda devo percorrer, com vistas na formação acadêmica, contínua.

Agradeço a minha amiga Karen Michelle Sgobbi, assistente social e pedagoga, com quem tive longas conversas sobre a história do serviço social no Brasil e assim nos tornamos coautoras de trabalhos acadêmicos. Agradeço pela palavra sempre bendita e incentivadora, o que me animou em momentos difíceis.

Agradeço aos meus colegas de curso, Vitor Queiroz Santos, que me auxiliou com informações importantes, tecendo diálogo e abrindo espaços em suas exposições, e, ao William Kleyton Costa pelo empenho generoso, na revisão e adequação, desse trabalho.

Agradeço a minha família, pelo respaldo e cuidados com meu filho Tarcísio Luz, um bebê gerado e nascido durante o processo do mestrado. Ele está agora com dois anos e seis meses, fase em que ainda o amamento em livre demanda. Em especial, agradeço a minha mãe, Tereza Maria, pela retaguarda; a minha irmã Lucimar, pelo colo mais doce do mundo e por saber brincar; ao meu pai Gervasio, pelo exemplo de força e fé; ao meu irmão Marcos Reis, um apaixonado por idiomas estrangeiros, o que ajudou na reparação do ‘abstract’ e revisão ortográfica; a minha irmã Eliana, sempre generosa e cuidadosa comigo.

Agradeço aos Professores: Marcus Vinícius da Cunha, por me apresentar John Dewey; Vera Tereza Valdemarin, pela excelência de suas aulas; Elaine Assolini, por aplicar a ‘sala invertida’ em suas lúdicas intervenções; Geraldo Romaneli e Elmir Almeida, pela nobreza e o refinamento científico; José Marcelino, Teise Garcia e Elaine Sampaio de Araújo, pelos extraordinários momentos de aprendizagem, em suas disciplinas; a professora Ana Cláudia Lodi, pela impressionante mediação de debate a respeito do tema Análise do Discurso e aos colegas mestrados pela generosidade no trabalho em grupo e troca de experiências.

Agradeço aos amigos, docentes do Senac e da Faculdade Estácio de Ribeirão Preto: Cláudio de Melo e Carlos Cervilliere. Em suma, agradeço a todos os meus alunos dos cursos técnicos e da graduação, pela torcida, consideração e respeito que demonstram por mim. Agradeço aos professores Felipe Narita e Elmir Almeida, pelas orientações feitas durante a qualificação, bem como aos professores da banca de defesa, Alessandra David Moreira da Costa e Marco Antônio Almeida quanto aos ajustes no texto, os quais procurei seguir: acessar outras leituras com perspectivas semelhantes; inverter capítulos; tecer novas considerações; corrigir interpretações.

“Os jornais são aparelhos ideológicos cuja função é transformar uma verdade de classe num senso comum, assimilado pelas demais classes como verdade coletiva – isto é, exerce o papel cultural de propagador de ideologia. Ela embute uma ética, mas também a ética não é inocente: ela é uma ética de classe”

(GRAMSCI, 2001).

RESUMO

A LBA e as projeções jornalísticas a respeito da atuação frente ao atendimento à criança pobre: impactos na história social da infância em Ribeirão Preto (1942-1954)

Esta pesquisa busca discernir sobre os interesses de divulgação, projeção e propagação da referida instituição, cujas narrativas jornalísticas enaltecem seus serviços prestados, na forma de arrecadações junto à sociedade mais abastada para a destinação de donativos aos pobres. A estratégia traz notoriedade e visibilidade histórica ao papel da primeira Dama Darcy Vargas, àqueles que fizeram doações e às figuras públicas que atuaram como diretores (as) e voluntários (as). Pensando assim, problematizamos os conceitos de assistencialismo e assistência social, duas práticas distintas realizadas por instituições sociais nessa época e sobre qual desses dois paradigmas a LBA se firmou. Refletimos, em hipótese, se a primeira promoveu a estagnação da pobreza, enquanto que a segunda, teria sido mais recomendada, por objetivar a melhoria das condições de vida das crianças, tornando-as autônomas e protagonistas de sua história. Verificamos ainda, as proporções historicamente participativas da LBA na construção da própria representação social e seus entrecruzamentos com o paradigma do tratamento dado à normatização da infância pobre nesse período. Para isso, buscamos analisar publicações sobre a LBA nos três jornais pioneiros: *Correio Paulistano*, *A Cidade* e *A Tarde*, de Ribeirão Preto. Sobre eles, consideramos os aspectos vanguardistas, reformistas, liberais republicanos, persuasivos, tendenciosos, políticos, comerciais, cuja liberdade de expressão foi tolhida pela censura, fato que norteou a narrativa. Conferimos ainda as matérias relacionadas à infância pobre, guardadas na Biblioteca Nacional Digital Brasil e no Arquivo Público e Histórico deste município.

Palavras-chave: Legião Brasileira de Assistência. Jornais impressos. Repercussões. Assistência. Assistencialismo.

ABSTRACT

LBA and the journalistic projections regarding the performance in the care of poor children: impacts in the social history of childhood in Ribeirão Preto (1942-1954)

This research seeks to discern the interests of dissemination, projection and propagation from such institution, whose journalistic narratives praise their given services, in the form of collections from the wealthiest society for the allocation of donations to the poor people. The strategy brings historical notoriety and visibility to the role of the First Lady Darcy Vargas, as well as those who made donations and those public figures who acted as directors and volunteers. With this in mind, we problematized the concepts of welfare and social assistance, two distinct practices carried out by social institutions at that time and on which two paradigms LBA was based. We hypothesized whether the first promoted the stagnation of poverty, while the second would have been more recommended, as it aimed to improve the living conditions of children, making them autonomous and protagonists of their history. We also verified the historically participatory proportions of LBA in the construction of its own social representation and its intersections with the paradigm of treatment given to the normalization of poor childhood in that period. For this, we sought to analyze the publications on LBA in three pioneer newspapers: *'Correio Paulistano'*, *'A Cidade'* and *'A Tarde'*, from Ribeirão Preto. Regarding them we considered their avant-garde, reformist, republican liberal, persuasive, biased, political and commercial aspects, whose freedom of expression was hampered by censorship, a fact that guided the narrative. We also checked as matters related to poverty in the period of childhood, stored in the 'Biblioteca Digital Nacional Brasil', and in the 'Arquivo Público e Histórico', (The Public and Historical Archive) of this municipality.

Keywords: Brazilian Legion of Assistance. Printed Newspapers. Repercussions. Assistance. Welfarism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – os principais assuntos vinculados à LBA nas páginas do “correio paulistano”

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	12
2. A ATUAÇÃO DA LBA A PARTIR DOS OBJETIVOS ORIGINAIS DE SUA FUNDAÇÃO.....	16
2.1 A LBA no contexto cultural e sócio-histórico da infância pobre entre 1942 e 1954.....	16
2.2 A História da LBA nos jornais: registros sobre assistência e assistencialismo.....	29
3. A LBA SOB A ÓTICA JORNALÍSTICA: UMA ANÁLISE DE JORNAIS SELECIONADOS.....	36
3.1 Correio Paulistano: o jornal que "não ladra, não cacareja e não morde".....	36
3.2 A Cidade: "a mobilização sociopolítica e um olhar para a assistência à infância".....	46
3.3 A Tarde: "populista, liberal e tendencioso".....	52
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS	63

1. INTRODUÇÃO

Para realizar essa pesquisa, debruçamo-nos sobre o contexto cultural, sócio-histórico e político, no qual a Legião Brasileira de Assistência (LBA) se desenvolveu e se firmou, entre os anos de 1942 e 1954. Para isso analisamos publicações jornalísticas acerca da atuação da LBA em periódicos impressos que se autodenominaram: vanguardistas, pioneiros em seu tempo, liberais e republicanos. Para a análise documental, selecionamos três expressivos jornais que circularam, em época, em âmbito estadual e municipal, sendo eles: o “*Correio Paulistano*”, “*A Cidade*” e o “*A Tarde*”, de Ribeirão Preto. Vale mencionar ainda que os três veículos não resistiram à censura impetrada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e se apresentavam numa perspectiva democrática, reformista, humanitária, publicitária, comercial e política, a partir do teor de suas publicações

Para além da seleção das fontes, nessa primeira parte da pesquisa em desenvolvimento realizamos também, em consonância com a pesquisa que dialoga com as Ciências Humanas, um levantamento bibliográfico e um balanço da literatura especializada que conversa diretamente com nosso objeto de pesquisa. Assim nos foi possível notar, principalmente, as profundas relações da LBA com a infância pobre, à medida que esta instituição surge, após a Segunda Guerra Mundial, com o propósito de promover assistência às famílias dos soldados.

Destacam-se enquanto referenciais teóricos para essa pesquisa, os estudos de (ALMEIDA; FONSECA, 2016) acerca dos processos de interiorização das políticas para a infância; (KARSCH, 1987) sobre aparatos burocráticos e regimentais das comissões que compuseram a LBA, bem como sobre as práticas assistencialistas das políticas sociais brasileiras; (SPOSATI, 1995) acerca das distinções conceituais entre “assistência”, “assistencialismo” e “assistência social”.

No escopo de sustentação teórica das discussões propostas e desenvolvidas, é possível ainda mencionar os trabalhos de (CRUZ, 2013); (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000); (TORRES, 2002); (WERNECK SODRÉ, 1966) e (LENOIR, 1996).

Do ponto de vista documental, foi de grande relevância a pesquisa realizada a partir das fontes disponibilizadas no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, especialmente, no que diz respeito as fontes jornalísticas utilizadas neste estudo e os documentos diretamente relacionados à organização, regulamentação e funcionamento da Legião Brasileira de Assistência.

Justifica-se a realização e desenvolvimento desta pesquisa, nos domínios que ela se filia, ao passo que problematiza os conceitos de assistencialismo e assistência social e busca discernir sobre hipóteses acerca das estratégias e interesses de divulgação, projeção, propagação da referida instituição, cujas narrativas jornalísticas evidentemente enalteceram seus serviços prestados.

Os objetivos estabelecidos percorrem caminhos que problematizam a narrativa jornalística veiculada em época como pressuposto de criação de maior visibilidade ao papel desempenhado pela Primeira Dama Darcy Vargas; assim como discutem com as funções sociais estabelecidas pela LBA no contexto do pós-guerra e sua atuação vinculada às páginas dos impressos que identificavam e representavam as práticas da Legião em território nacional. De tal modo, procuramos responder em que medida a consolidação da identidade assistencialista e/ou assistencial da LBA se relacionou às matérias, reportagens, artigos e propagandas, veiculados nos volumes dos jornais selecionados como fontes.

Questão relevante igualmente questionada por este estudo faz-se no campo conceitual. Visamos discernir a atuação da LBA entre 1942 e 1954 e seu enquadramento no campo ou do “assistencialismo” ou da “assistência social”, versando sobre as consequências sentidas na infância pobre daquele contexto histórico.

Para além, procuramos, ainda que minimamente, com futuras pesquisas que versam sobre a atuação da LBA e sua trajetória contada por meio de diversos formatos da narração jornalística, inclusive em atenção à censura. A submissão e falta de liberdade de expressão denotam uma imprensa manipulada e manipuladora, o que possivelmente também pode ter impactado na história social da infância no Brasil.

Como já mencionado, procuramos analisar e refletir sobre o trabalho da LBA com base em dois modelos: o “assistencialismo” e a “assistência social”, que em hipótese, foram cultivados pelas primeiras-damas do Brasil. O “primeiro-damismo”, por sua vez, ganhou força com as publicações das atividades desenvolvidas, tanto através daquelas que caracterizam o serviço social, quanto obras que se configuram como assistencialistas. Ao analisarmos os exemplares dos jornais impressos da época aqui recortados, preservados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, sobretudo as reportagens do jornal “*A Cidade*”, conferimos a efervescente trajetória de expressão social e política das mulheres, que de modo geral encontravam-se envolvidas com as causas sociais do município.

Nesse ínterim, o modelo de atendimento identificado pelo “*assistencialismo*”, embora emergencialmente e imediatamente estancasse as problemáticas da fome dos ‘pobres e

miseráveis’, termos recorrentes nas redações jornalísticas da época, em muitos casos também pareciam curar, literalmente, suas feridas, conforme aprendemos com as profundas elaborações de Paulo Freire (FREIRE, 1983, p. 57). Ou seja, transformava a pessoa humana em objeto ao invés de sujeito no contexto histórico no qual é apresentado.

Considerando a realidade social brasileira, havia como ainda há, uma divisão de classes sociais e uma estrutura que culminava com a manutenção da situação, garantida pelo assistencialismo: de um lado, os mais abastados, privilegiados, e do outro lado, os pobres, miseráveis, trombadinhas, delinquentes, pessoas em situação de abandono. É possível conferir tal afirmação a partir do cruzamento com os textos escritos nos jornais na forma de reportagens, artigos, notas, publicidade e propaganda. Nota-se que, principalmente as mulheres, cujo vínculo institucional com a LBA dava-lhes o caráter de institucionalizadas, tinham certo “status” social, o que lhes rendia notoriedade capaz de projetar também a carreira de seus cônjuges, que na maioria dos casos ocupavam ou pleiteavam cargos públicos de participação direta e efetiva na política.

Em contrapartida, havia um caráter normalizador e aparentemente neutro, do ponto de vista político-ideológico dada à necessidade urgente de se ter um órgão sistemático, de cunho Federal, à frente do atendimento aos pobres, nesse difícil início do século XX na cidade de Ribeirão Preto. A pesquisadora Úrsula Karsch, nos ajuda a entender esse papel social representado pelos chamados agentes, voluntários e dirigentes da LBA, especialmente, no que diz respeito aos serviços que se originam e cristalizam suas atuações como consequência do capitalismo, de tal modo afirma que “é preciso tematizar também a função ideológica dos serviços na sociedade de classe e as formas de representação que os próprios agentes desenvolvem a respeito de sua função” (KARSCH, 1987, p. 103).

Por intermédio de um panorama das fontes consultadas, fica expresso que já no início do século XX, na cidade de Ribeirão Preto, as crianças abandonadas tornavam-se cada vez mais assunto dos jornais, bem como preocupações do Poder Público que, mais cedo ou mais tarde, precisaria atuar no plano social para amenizar o dito “problema” identificado.

Quando a LBA foi instituída em 1942, já havia várias entidades assistencialistas e/ou assistenciais da época em plena atividade, cujos principais voluntários ou trabalhadores das causas sociais eram mulheres, advindas dos cursos de Serviço Social, que tinham vínculos com as Igrejas Católicas, os Clubes de Serviços Sociais, as Maçonarias, as Associações Beneficentes, Casas Espíritas Filantrópicas e, em muitos casos, os cônjuges (maridos), estavam associados a partidos políticos. Do ponto de vista institucional, anterior ao processo

de criação da Legião, existiam órgãos que elencavam as questões relacionadas ao abandono e as práticas de assistência. São exemplos: o Departamento de Assistência Social, criado em 1935, em São Paulo; assim como o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), em funcionamento a nível Federal desde 1940.

Acerca da vinculação religiosa à algumas práticas assistencialistas no Brasil, a pesquisadora Marilda Vilela Yamamoto aponta que:

O Serviço Social no Brasil nasce e se desenvolve nos marcos do pensamento conservador, como um estilo de pensar e de agir na sociedade capitalista, no bojo de um movimento reformista conservador. Articula elementos cognitivos e valorativos diversos em um arranjo teórico-doutrinário particular, presidido pela doutrina social da Igreja e os desdobramentos do neotomismo, pelo moderno conservadorismo europeu e a sociologia funcionalista, especialmente em suas versões mais empiristas norte-americanas. Esse arranjo teórico-doutrinário matizado em sua evolução por influências específicas é o fio que percorre toda a trajetória do conservadorismo profissional, estreitamente imbricada ao bloco sócio- histórico que dá sustentação política ao Serviço Social na sociedade brasileira (IAMAMOTO, 2011, p. 219).

Outra questão nos interessa do ponto de vista da pesquisa versa com as terminologias conceituais de “assistencialismo” e “assistência social”, que se diferem na concepção de estudiosos da área do serviço social, numa espécie de dicotomia do significado e sentido de ambas as palavras: o primeiro significa a providência de recursos dos quais a necessidade é imediata de itens como a alimentação, as roupas, os calçados e os medicamentos; o segundo é interpretado em concordância com as atividades ou situações favoráveis ao desenvolvimento social, educacional e o estabelecimento da democracia, cujas forças poderiam promover a criação de “políticas públicas” que levariam à pessoa, ou à família assistida pelos órgãos e equipamentos públicos responsáveis pelo serviço social a terem liberdade de escolha, autonomia e emancipação, com vistas à sustentabilidade e ao protagonismo sociocultural e histórico (SPOSATI, 1995).

No cenário social brasileiro, era notável no período de implantação da LBA, uma verdadeira complicação socioeconômica, provocada em larga medida pelas problemáticas vinculadas ao contexto do pós-guerra. É possível mencionar, neste aspecto: o aumento de crianças em orfanatos; mulheres viúvas, que não tinham recursos suficientes; proliferação de doenças; desnutrição e alto índice de mortalidade infantil e os problemas inflados em função das elevadas taxas de desemprego. É, justamente, neste sentido que buscamos analisar e refletir acerca do papel institucional da LBA na diminuição de tais problemáticas identificadas nas capitais e em cidades interioranas.

2. A ATUAÇÃO DA LBA A PARTIR DOS OBJETIVOS ORIGINAIS DE SUA FUNDAÇÃO.

O problema que aqui se reflete são os impactos que as atividades da LBA tiveram sobre a história da infância em Ribeirão Preto, entre 1942 e 1954, a partir da narrativa jornalística. Dissertamos sobre a hipótese de que as redações ‘enaltecedoras’ possam ter estimulado a criação de sentido, que resultou na interiorização da LBA, na centralização federal dos cuidados assistenciais e ou assistencialistas com a infância pobre, bem como na sua consolidação enquanto instituição social popularmente aceita por indivíduos e entidades.

A estratégia de mobilização se firmou na publicidade institucional, com ênfase em promover e dar visibilidade ao papel da Primeira Dama Darcy Vargas, bem como às figuras públicas que atuaram como diretores (as) e voluntários (as) da LBA no que tange à questão das representações sociais.

Neste tópico, pretendemos identificar a atuação da LBA junto à infância empobrecida na segunda metade do século XX, especialmente, a partir das representações jornalísticas e veiculações midiáticas das práticas, métodos, realizações e discursos da Legião no contexto de sua criação e cristalização no cenário brasileiro.

2.1 A LBA no contexto cultural e sócio-histórico da infância pobre entre 1942 e 1954

Com a fundação da LBA, em 1942, regulamenta-se também, pelo Governo Federal, o Ensino Industrial, no contexto de estabelecimento das escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), especificamente voltadas ao cidadão comum, oriundo das classes mais pobres do país. Continuava, pois, um dualismo bem estabelecido em termos de formação acadêmica e profissional entre ricos e pobres. Os ricos acessavam escolas, cujas disciplinas, abordagens e temáticas estavam voltadas às Ciências Sociais, História, Direito, Medicina; enquanto que os pobres eram direcionados à formação técnica e profissionalizante para o trabalho braçal, especialmente, no setor industrial.

Na esteira das problemáticas sociais e direcionamentos institucionalizados evidenciavam a luta de classes no Brasil, crianças, jovens e adultos pobres daquela época que tentavam o ingresso num modelo excludente de escola, envolta pelo processo seletivo, ou aplicação dos exames de admissão, ocorridos entre os anos de 1931 a 1971, encontravam

grandes dificuldades, pois a maioria não havia sido adequadamente preparada para enfrentar o afunilamento dos processos seletivos.

Entretanto, para entender o que aconteceu, em termos sistemáticos e a respeito da educação da época, nos debruçamos sobre a obra ‘Tempos de Capanema’ e analisamos o que os autores tratam no capítulo ‘Políticas e Ideologias da Educação’ em relação à questão ideológica que norteou toda a década de 1940, em que os responsáveis pelo modelo da educação de então carregavam-na de importância e responsabilidade pelo êxito ou fracasso do setor educacional. Neste sentido “havia os que preferiam a educação humanística sobre a técnica; os que defendiam o ensino universal contra os que preferiam escolas distintas para cada setor da sociedade” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 69). Assim como já era bastante perceptível neste cenário os embates entre os defensores da escola pública e da democratização do acesso à educação, bem como aqueles mais favoráveis à iniciativa privada e, conseqüentemente, na formação intelectual das elites econômicas do país.

Contudo, no cenário educacional havia extrema desigualdade social, sobretudo para a infância pobre, que era atendida em ‘Jardins de Infância ou Creches’. O sujeito tinha poucas condições de chegar à idade adulta com recursos intelectuais ou habilidades e competências, suficientemente desenvolvidos, para emergir da pobreza. Classificados como analfabetos funcionais, existiam os que aprendiam a decodificar as letras, ou seja, sabiam ler, mas, muitas vezes, mostravam-se incapazes de tecer críticas ou discernir a respeito da força da persuasão jornalística, voltada à propaganda e à formação de opinião sociopolítica e muito menos construir carreira acadêmica com perspectivas de elaboração de pesquisa científica.

Ao lermos a versão da realidade daquela época a partir do que se escreveu em jornais impressos sobre a LBA, entendemos que o que se publicou sobre a instituição, nem sempre pode ter sido falso e nem sempre foi verdadeiro. Nesse caso, importa problematizar as publicações frente ao contexto sócio-histórico da infância pobre que se configura enquanto objeto de pesquisa em ciências humanas e cada produção acadêmica apresenta novas ideias, que poderiam ser usadas em prol da melhoria nas condições de educação e saúde da criança, conforme afirmou José Mário P. Azanha “ [...] estamos convencidos de que a racionalidade da ciência tem o seu mais forte componente na admissão e até mesmo na estimulação de divergências. Aliás, sem a possibilidade de divergir, não há ciência” (AZANHA, 1992, p. 12).

Em diálogo com as fontes pesquisadas e considerando a relevância dos jornais para o campo da História e da História da Educação no Brasil, bem como as contribuições e sustentação teórica oferecida pelas Ciências Sociais, procuramos identificar que a LBA surge

concomitantemente às novas concepções analíticas e teóricas voltadas ao desenvolvimento infantil em âmbito mundial. O cenário de sua implantação nos chama a atenção, pois como se estabelece, é nesta temporalidade que o Brasil participava dos desdobramentos relacionados à Segunda Guerra Mundial.

Por isso a complexidade das relações humanas desse momento sociocultural e histórico pede que aqui consideremos as aproximações entre os campos da História e da Sociologia, e assim recorramos à teoria das representações sociais, ou das representações coletivas, termo cristalizado pelo sociólogo Maurice Halbwachs, cuja teoria fora construída principalmente pelo psicólogo social, que embora tenha origem na Romênia, naturalizou-se francês, Serge Moscovici. Ambos se pautaram nos estudos do sociólogo da educação, Èmile Durkheim.

No panorama exposto das tensões sociais no início do século, o que se costumava cunhar do ponto de vista social era a normatização das práticas, dos costumes, dos hábitos; assim como os espaços direcionados aos setores e classes socioeconomicamente distanciados. Neste aspecto, a ideia do “homem ideal” ou “cidadão modelo” ganha espaço e enxerga na escola e na educação de forma ampla uma oportunidade de concretizar e evidenciar seus modelos. De acordo com o pesquisador Jean Claude Filloux, “a educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando, antecipadamente, na alma da criança as alianças fundamentais exigidas pela vida coletiva” (FILLOUX, 2010, p. 15).

Ainda que o movimento da Escola Nova, especialmente após 1932, tenha estabelecido parâmetros com vistas no desenvolvimento pleno da criança, em consideração à formação cognitiva e não somente garantia das necessidades de alimentação e cuidados fisiológicos - para assim formar cidadãos que fossem capazes de servir o país – a LBA mostrou-se muito mais assistencialista do que assistencial, ou seja, sanava as demandas urgentes, como o combate à fome, a desnutrição infantil e o alto índice de mortalidade, por causa, principalmente, da falta de vacinação contra epidemias de modo geral, mas não participou da elaboração do currículo educacional.

No plano dos projetos educacionais que se desdobraram entre as décadas de 1930 e 1940 é possível notar, de modo engajado, a participação das Forças Armadas no campo da educação brasileira. Essa participação dos militares, muito dialoga com o modelo de cidadania e a própria formação dos cidadãos no Brasil, ou seja, a ideia de construção do de “cidadão modelo” ou simplesmente das “mentalidades adequadas” encontrava respaldo na ordem disciplinar e regimental estabelecida pela participação de setores conservadores nas

escolas. De tal modo, identifica-se que “a partir de 1937, contudo, seria impulsionado pelo interesse do governo, da Igreja Católica e outros setores em organizar, disciplinar e imprimir na população uma “mentalidade adequada” ao novo Estado Nacional” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 48).

Quanto a participação das Primeiras-Damas nos setores sociais, identificamos que, em suma, a participação ativa das classes sociais mais abastadas e com cargos ocupados na máquina pública, possibilitava maior visibilidade social, especialmente, dos maridos políticos. A questão da luta de classes, portanto, mantinha-se sem solução ou reparação socioeconômica verdadeiramente assertiva ou com capacidade política de possibilitar uma real transformação social no país. Sobre o fato, Sposati afirma que “a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação benefício/ caridade x beneficiário/ pedinte, conformando a relação entre Estado e classes subalternas” (SPOSATI, 1986, p. 46).

Neste contexto, nosso foco são as publicações dos jornais, que iluminam e ampliam as possibilidades interpretativas com respaldo de uma leitura crítica sobre os registros e publicações jornalísticas impressas, dos jornais “Correio Paulistano” e “A Cidade”, que servem de parâmetro histórico entre os anos de 1942 a 1954 voltadas à atuação política e ideológica da LBA, cujas atividades, nascidas no Rio de Janeiro e fecundadas na capital de São Paulo, foram interiorizadas em Ribeirão Preto.

Isto porque entendemos que a leitura ampliada em seu aspecto interpretativo, pode se dar de diferentes formas baseadas em outros diversos contextos, nos quais estão inseridos os sujeitos que interpretam, tanto do ponto de vista individual como também coletivo ou ideológico, conforme identificado por Roger Chartier quando se refere ao viés antropológico, apontando que “entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo” (CHARTIER, 1990, p. 26).

Vimos que os jornais ajudaram a convencer pessoas de destaque social e político em Ribeirão Preto: personalidades políticas; representantes de importantes instituições sociais; padres e outros membros da Igreja Católica, de que a proposta da LBA era a melhor e necessária iniciativa solidária a ser realizada naquele momento tão difícil por que passava o Brasil, em plena 2º Guerra Mundial.

Ao recuperar a trajetória de atuações da LBA em seus primeiros 12 anos de existência, através do que se escreveu nos jornais, anos considerados “cruciais” para muitos trâmites políticos no Brasil, conferimos que esta instituição realizou importante prestação de serviços voltados ao assistencialismo emergencial. Houve implantação de novos modelos de atendimento à infância pobre na escola, em postos de puericultura, em orfanatos e reformatórios. Foi um período fecundo para a criação de Leis e regimes, inclusive o que a história chamou de Estado Novo (FONSECA, 2014).

É nesse cenário que surge a LBA, em 1942, criada pela então Primeira-Dama Darcy Vargas. Os estatutos sociais de funcionamento da Legião Brasileira de Assistência foram registrados junto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no 6.º Ofício de Registro Especial de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, cuja Portaria ganhou o n.º 6.013, no dia 1.º do mês de outubro de 1942. A primeira sede da LBA, nomeada como Edifício Darcy Vargas, foi construída em 1944, no Rio de Janeiro, em um prédio de nove pavimentos de dois blocos. Desde o fim da Segunda Guerra, a LBA passou a funcionar como órgão de assistência às famílias necessitadas. É somente em 1969, através do Decreto n.º 65.174, de 16 de setembro, que a LBA se transforma em Fundação de sociedade civil, mantendo o mesmo nome, porém dessa vez, vinculada ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS, Ministério do Trabalho e Previdência Social.

A partir de sua estruturação, foram propostos os objetivos básicos da atuação da LBA em território brasileiro. Destacam-se “executar seu programa, pela fórmula do trabalho em colaboração com o poder público e a iniciativa privada”, o que identifica as parceiras público-privado muito presentes naquele contexto histórico; “congregar os brasileiros de boa vontade, coordenando-lhes a ação no empenho de se promover, por todas as formas, serviços de assistência social”, fato que evidencia o incentivo à caridade promovida, em especial, pelo voluntariado e à filantropia; “prestar, dentro do esforço nacional pela vitória, decidido concurso ao governo” e “Trabalhar em favor do progresso do serviço social no Brasil” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 250).

A partir dos pressupostos identificados por intermédio dos objetivos estabelecidos, percebemos que a LBA tinha como princípio engajado, mas nem sempre com efeitos e resultados tão expressivos, a tentativa de assistir as crianças pobres e dar-lhes alguma condição social de sobrevivência e melhoria da qualidade de vida, com vistas à garantia de uma melhor alimentação, assistência à saúde e amparo, inclusive àquelas que moravam em orfanatos, já que nesse período, o cidadão comum parece não saber ou não ter nenhuma

consciência dos impactos da guerra sobre suas próprias vidas e talvez não soubesse nem mesmo como lidar com tamanha miséria humana, segundo observou Mills “os homens comuns não sabem, quase sempre, o que essa ligação significa para o tipo de ser em que se estão transformando ou para o tipo de evolução histórica de que podem participar” (MILLS, 1972, p. 10).

Esta ação acadêmica tem ainda a finalidade de elaborar e aprender com os autores, preocupados com todo o contexto histórico relacionado à LBA, para assim, tecer uma leitura aprofundada sobre a trajetória histórica e política da referida instituição, considerando-a condutora de importantes políticas sociais, o que ocasionou a fluidez da interiorização e consequentemente o surgimento de novos paradigmas sobre o conceito de infância pobre no Brasil, sua educação e cuidados. Fica em evidência, pois, a necessidade dos aparatos do Estado e do tratamento especializado ao atendimento e assistência aos menores empobrecidas, visto que “sua inequívoca participação nos embates sociais e políticos visando à produção de representações da infância e da criança, e os trabalhos de reconhecimento e legitimação das categorias sociais de infância e da criança pobres como problema social” (FONSECA; ALMEIDA, 2016, p. 125).

No que tange a divulgação das práticas, a Legião encontra força nas publicações jornalísticas para sua legitimação numa certa tendência à interiorização de realizações e modelos federais, existentes em Ribeirão Preto, assim como em todo território nacional. Estimulados e motivados, pela LBA, os políticos desta cidade, juntamente com outros profissionais da sociedade civil e representatividades institucionais, passam a discutir novas Leis e novos modelos para o enfrentamento dos problemas relacionados à infância pobre.

A má alimentação e ou ausência dela mostrou-se o maior entre os vários problemas enfrentados pela infância pobre no Brasil do século XX: a fome e a desnutrição; o abandono; a miserabilidade de suas famílias, enfim. Ao que nos parece, não seria possível haver jardins-de-infância, escolas de educação infantil, parques infantis e/ou creches, sem que também não houvesse os postos de puericultura, orfanatos e reformatórios. Já que os problemas sociais provocaram uma “avalanche” de outras desordens sociais, a LBA se firmou justamente por causa e em meio a este contexto.

A partir dos eixos históricos e circunstâncias sociais de pobreza vivenciados pela criança, heranças do pós Segunda Guerra Mundial já mencionados anteriormente, observa-se importante impacto na construção das representações normativas sobre a infância pobre e os modelos educacionais para ela direcionados, tendo em vista que este sujeito (a criança)

encontrava-se num lugar, território geográfico, num espaço e num tempo, cujas forças exteriores tragaram sua identidade e a submeteram a um processo de atendimento assistencialista e ou de serviço social, estendidos ao sistema de educação. Fato que dava a este sujeito uma autonomia relativa, frente ao sistema social, que o submetia a forças de permanência em seu estado de pobreza, por exemplo, e forças de mudança, dadas as necessidades urgentes, imediatistas, que eram latentes, como exemplos a fome, o abandono e a mortalidade. Consolida-se o olhar para os empobrecidos, visto que “a criança não está no espaço, não está no território, não está no lugar, nem na paisagem; ela é o espaço, ela é o território, ela é o lugar, é a paisagem e, por serem produtoras de cultura e de geografias, enriquecem nossa condição humana” (LOPES, 2007, p. 55).

Ainda que houvesse um movimento aparentemente contrário à sustentação da miserabilidade e estagnação no processo público educacional, conforme encontramos na obra ‘Tempos de Capanema’ (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 70), as representações de infância foram construídas pela superestrutura, representada por instituições sociopolíticas, como foi o caso da LBA, que tinha um plano de formação cidadã, naquele espaço de tempo, para as crianças pobres. Um dos caminhos em plena discussão na segunda metade do século XX era a própria escola e as garantias de acesso às crianças empobrecidas por meio do sistema público, uma vez que “a educação deveria ser proporcionada para todos, e todos deveriam receber o mesmo tipo de educação. Ela criaria, assim, uma igualdade básica de oportunidades, a partir da qual floresceriam as diferenças baseadas nas qualidades pessoais de cada um” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 70).

O movimento da Escola Nova apresentava seu idealismo numa perspectiva de trazer para o Estado, em detrimento das instituições privadas, toda a responsabilidade e consequente poder de formação, junto à infância, a partir do que se iria ensinar e como se iria ensinar. Neste sentido, é válida a contribuição dos pesquisadores ao apontarem que:

Além desses grandes princípios e objetivos, o movimento pela educação nova incorporava, de forma nem sempre sistemática, uma série de princípios pedagógicos que se afastavam da transmissão autoritária e repetitiva de conhecimentos e ensinamentos, e procurava *se* aproximar dos processos mais criativos e menos rígidos de aprendizagem. Finalmente, havia uma preocupação em não isolar a educação da vida comunitária, fazendo com que seu aspecto “público” não significasse, necessariamente, sua vinculação e dependência em relação a uma burocracia complexa e distante (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 70-71).

Contudo, a construção da ideia de infância ocorreu durante séculos até finalmente chegar à atribuição dessa espécie de estatuto social, cujas bases ideológicas, normativas e

referenciais a colocou num lugar singular na sociedade. À medida que os acontecimentos sociais e históricos, bem como as relações de consumo e econômicas, os fatos políticos e a conseqüente alteração geográfica e espacial vão se transformando, assim também as representações de infância sofrem mutações. A vida da sociedade muda, bem como os símbolos e os interesses. De acordo com Filloux “através da educação, o “ser individual” transforma-se em “ser social”. Trata-se, no entanto, de uma homogeneidade relativa – nas sociedades caracterizadas pela divisão do trabalho social” (FILLOUX, 2010, p. 15-16).

As representações condicionaram e orientaram ações de diferentes identidades coletivas e atores sociais no período para o qual esta pesquisa se volta, pois, os atores sociais (crianças) vulneráveis ao torpor do momento sócio-histórico não podiam resistir ao atendimento diante da miserabilidade. Às crianças restava se deixar levar em meio aos acontecimentos para o que Durkheim chamou de *socialização metódica*, diante do paradigma educacional da época (FILLOUX, 2010).

As transformações das políticas públicas, sobretudo no que diz respeito à educação são os acontecimentos que refletem a conceituação de infância, porque prevê a entrada deste indivíduo no universo do trabalho, nas participações políticas e sociais, nas possibilidades de autonomia, na luta pelo acesso aos bens de consumo, ao emprego e renda.

De acordo com Karl Mannheim (1993) o conceito de infância não está somente associado a uma dimensão estrutural histórica, mas sim aos acontecimentos demográficos e econômicos da sociedade. É preciso dissociar *criança* de *infância*. A primeira são os atores sociais, enquanto a segunda é a própria categoria de *geração*, que permanece como categoria estrutural. A perspectiva estruturalista analisa em primeiro lugar as relações intergeracionais, para depois considerar as relações intrageracionais e os aspectos culturais e simbólicos da infância, passam a ser prioritários para se entender a normatização de infância.

Conceber, portanto, a criança como ser social inserido na vida coletiva de uma determinada sociedade, é, pois, um movimento importante “que também dá valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões de seu contexto familiar e de acordo com sua própria inserção nesse contexto” (KRAMER, 1986, p. 79).

Compreendemos ainda, com suporte teórico de Karl Mannheim, que o conceito de "geração" se conflui com a sociologia do conhecimento, que considera o fenômeno cultural, onde um grupo de pessoas que são nascidas na mesma época vivenciam os mesmos acontecimentos sociais no percurso da formação e crescimento, ou seja, passam a ter as mesmas experiências históricas, o que vai ocasionar uma consciência comum, que pode durar

por toda vida. Mas, as tensões sociais poderão provocar mudanças, como por exemplo, o desenvolvimento intelectual.

É a questão da alteridade da infância que a torna heterogênea e essa complexidade talvez possa explicar a negligência quanto aos tratamentos dados à infância, por séculos. De acordo com Dornelles:

[...] trato da infância como produto de uma trama histórica e social na qual o adulto que com ela convive busca capturá-la através da produção de saberes e poderes com vistas a seu gerenciamento. Meu propósito principal, no entanto, é problematizar como as crianças historicamente vêm nos escapando (DORNELLES, 2005, p. 12).

Assim, a LBA contribuiu com a construção das normativas para a infância, enquanto passa a nortear para outros caminhos o grande número de crianças pobres brasileiras, geração, a qual, iniciou-se no período desta pesquisa, ao mesmo tempo em que não deixa escapar as crianças (ou boa parte do número delas) em situação de vulnerabilidade social no pós-guerra. Isso porque, antes do advento da LBA, a infância ocupava espaços de rua (complexas territorialidades), estava em números mais elevados, fora da escola e dentro dos altos índices de mortalidade por desnutrição infantil.

Em relação ao papel da história no processo de construção normativa para a infância pobre no período desta pesquisa, recorreremos ao que refletiu Roger Chartier quando disse que pelo viés histórico as representações não são nem falsas nem verdadeiras, são construídas a partir do processo sociocultural por que passam os sujeitos em sua temporalidade.

De acordo com o pesquisador da área de Educação, Moysés Kuhlmann Jr. (2000), em seu texto *“Histórias da educação infantil brasileira”*, o autor cita Froebel e rememora os primórdios dos modelos de atendimento à criança pequena, nos aspectos dos cuidados com a saúde, como forma de alertar que a escola sozinha não daria conta de cuidar das doenças infantis no final do século XIX. De tal modo, aponta algumas dificuldades encontradas naquele contexto, dizendo que “além da importância e da ênfase atribuída ao papel materno na educação dos bebês, também é preciso considerar que naquela época ainda era quase inevitável atender os menores sem as alarmantes consequências dos altos índices de doenças e de mortalidade” (KUHLMANN JR., 2000, p. 8).

Mas, essa preocupação com a alimentação adequada e a educação infantil já era discutida no período em que surge a LBA. Kuhlmann Jr. relata ainda que o modelo de creche surge na França de 1844, voltado para a infância pobre e acaba por se difundir nacional e internacionalmente, data de chegada ao território brasileiro, década de 1870. E dado às

descobertas no campo da microbiologia, consegue-se, inclusive, viabilizar a amamentação artificial (KUHLMANN JR., 2000).

Embora as instituições de educação infantil: creches, escolas maternais e jardins-de-infância do Brasil tenham sido implantadas segundo o modelo das sociedades da Europa Central na transição do século XIX para o XX, no ano de 1922, durante o 3.º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado na cidade do Rio de Janeiro, houve um discurso geral político que associou a descoberta do “Novo Mundo” às novas concepções de infância, muito mais bem formada (HOBSBAWM, 1988). É neste momento histórico que se inaugura a tendência brasileira em criar modelos educacionais segundo o espírito americano.

A criação do departamento de Imprensa e Propaganda em 1939, agora subordinado diretamente à presidência da República, traz novamente conflitos de jurisdição, já que o DIP continha em sua organização uma divisão de radiodifusão e outra de cinema e teatro. Em 1942, Roquette Pinto, na direção do Instituto Nacional do Cinema Educativo, prepara um arrazoado para demonstrar como sua atividade se distinguia da do DIP (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

Pierre Bourdieu chamou de “inteligibilidade” todo esse montante de pensamentos reflexivos sobre o papel da escola, ou conceito de educação. Para ele a educação está envolvida no meio da luta de classes. A escola não é neutra, nesse sentido, já que transmite conhecimentos universais, todavia por serem os seus projetos pedagógicos e parâmetros curriculares definidos pelas classes dominantes, acaba por reproduzir a dominação ao longo da história (BOURDIEU, 1992).

Para Mills (1972), esse sujeito simples mostra-se sem capacidade de assimilação das reais intenções da informação difundida, de fácil dominação, o homem “vulnerável” não precisava apenas da habilidade da razão. Portanto, aponta que “o que precisavam, e o que sentem precisar, é uma qualidade de espírito, que lhes ajude a usar a informação e a desenvolver a razão, a fim de perceber, com lucidez, o que está ocorrendo no mundo e o que pode estar acontecendo dentro deles mesmos” (MILLS, 1972, p. 11).

Tendo como referência o texto de Wright Mills, *A Imaginação Sociológica, na metade do século XX*, que apontou o quanto o homem moderno entrou em crise, sentindo-se impotente para controlar seu próprio destino, vamos aqui refletir sobre o Brasil do pós Segunda Guerra Mundial que se encontrava perturbado com as transformações ocorridas, sobretudo com o modelo de família nuclear, que culmina com o aumento da miséria, fome,

doenças, analfabetismo, crianças abandonadas nas ruas, mulheres viúvas por causa da guerra e desamparadas.

Em consideração ao que revelou Philippe Ariès, Comenius, Neil Postman, Colin Heywood, Alain Renault, Peter Stearns, Peter Gauthier, Leonel S.J. Franca, Émile Durkheim, Michel Foucault, entre outros pesquisadores da história da infância, notamos que a disciplina escolar e os instrumentos de coerção social, fruto do estudo desses diversos autores, impactaram sobre regras, padrões ou paradigmas que perduraram por todo o início do século XX, período sobre o qual nos debruçamos nesta pesquisa.

Neste sentido, para entender a história da infância, encontramos em Ariès (1981, p. 50-51) que na Idade Média (476-1453) considerava-se a infância como um período caracterizado pela incapacidade, inexperiência e dependência. A criança era vista como alguém que não conseguiria resolver os problemas e as demandas sociais mais complexas. De outro modo e paradoxalmente, a criança era vista como um adulto em miniatura e, por isso, era submetida a trabalhar junto aos adultos, usava as mesmas roupas, modeladas para os adultos. Ariès debruçou-se nas obras das artes sacras da época, considerando-as como fontes de sua pesquisa notando a ausência das características tradicionais relacionadas à infância propriamente dita em uma delas, afirma que: “o miniaturista agrupou em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância: eles foram simplesmente reproduzidos numa escala menor” (ARIÈS, 1981, p. 50-51).

A criança não era considerada como alguém em situação de aprendizagem, evolução ou que merecesse atenção dos adultos quanto à necessidade de apresentação do mundo e/ou meio social no qual havia nascido. O conceito de “aluno” parecia vago e abandonado à indiferença. Todavia, Santo Isidoro em sua obra de número X, intitulada Etimologia de palavras diversas, (composta por XX livros, com significados etnológicos das palavras), fala sobre aluno pela primeira vez, pois até então a criança era chamada de soldado. “[...] Aluno (*alumnus*) deriva de *alere* (alimentar) e, primariamente, aplica-se a quem é nutrido (embora se possa aplicar secundariamente também a quem nutre)”. Em uma breve retomada etimológica da palavra ‘criança’, descobrimos que sua origem vem do latim *creare*, do mesmo radical que derivam as palavras ‘criação’ e ‘criatividade’. Uma raiz bastante pertinente, que dialoga intimamente com o universo da infância (ARIÈS, 1981).

Ainda nos séculos XI e XII a criança era condicionada a servir, aprendia tarefas domésticas e fazia companhia aos adultos. Porém, essa representação de criança parece variar de acordo com o poder econômico da família. Há grande produção sobre as questões morais.

Abades, Bispos e Protestantes escrevem sobre regras e convenções sociais. A criança é então considerada, nesta fase, como objeto da moralidade. Tanto é que a imagem da criança começa a aparecer em obras de pintura sacra, como a figura de uma espécie de “homenzinho”, cuja estatura bate na cintura dos adultos. Surgem as pinturas de anjos representando a criança que, possivelmente, remete à figura dos seminaristas da época (ARIÈS, 1981).

Os séculos XI e XII marcam a implantação das Universidades na Europa em pleno período do Renascimento, em que as formas estruturais mostram-se abrangentes, sem especificidades para a infância. Ainda não havia instituição escolar. Os mestres e educadores ministravam aulas em lugares públicos, tais como: igrejas, mercados e praças, voltadas a grupos de estudantes que não se dividiam por idade.

Em não havendo diferenciação entre os conteúdos e abordagens para mais velhos ou mais jovens, eram ensinados valores para a vida, alicerçados na convivência cotidiana entre todos. A aprendizagem se dava ao iniciar da convivência da criança ou do jovem com os adultos, não havia um modelo ou padrão de educação infantil. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (ARIÈS, 1981, p. 14).

De acordo com Postman (1999, p. 51), é só depois dos séculos XVI e XVII que a infância passa a ser considerada uma fase importante da vida, pelos adultos.

Os pesquisadores da História Social da Infância, aqui considerados, debruçaram-se em fontes diversas e peculiares e encontraram base em objetos simbólicos da burguesia, como exemplos: pinturas e outras artes sacras; relatórios escritos; lápides de cemitérios; regulamentos produzidos pelas comunidades monásticas; conjunto de obrigações; regras e táticas de guerra da Infantaria do Exército; Regimentos Disciplinares; prontuários médicos de hospitais; código dos sinais; entre outras coisas na tentativa de se construir, verdadeiramente, uma noção do sentimento de infância ao longo dos anos.

Do ponto de vista do controle disciplinar dos sujeitos ao longo de boa parte do mundo, a infância, especialmente a infância pobre, por sua vez, não escapa à lógica estabelecida pelo controle, pela disciplina, pela vigilância e pela normatização estética e política dos costumes, práticas e comportamentos.

O século XVIII foi marcado pelo treinamento árduo do corpo, em busca de uma espécie de organização estética de rituais artísticos e coreográficos, estipulados para demonstrar certos valores humanos tais como a força, a honra, a hombridade, o vigor e a postura saudável e atenta. Neste aspecto “houve, durante a época clássica, uma descoberta do

corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil, ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 1987, p. 125).

A figura do soldado e seu corpo esguio e forte deveria demonstrar seu orgulho, comparando-o ao próprio símbolo, o brasão. Eles treinavam o manuseio das armas, em sincronia coletiva, na busca pela perfeição das manobras. Foram criados métodos, regras de ajustamento do corpo para o modo como se pretendia chegar com o treinamento. Ainda em sua obra, *Vigiar e Punir*, Michel Foucault afirma existir “um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares, e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo” (FOUCAULT, 1987, p. 125).

O que se pretendia com as regras e as disciplinas para o corpo era que esse estado de atenção às peculiaridades organização e estética se prolongasse para a vida cotidiana, para o trabalho, para a vida religiosa e para o comportamento escolar, de forma que o corpo entrasse no ritmo do “automatismo dos hábitos”. Foi isso que Foucault identificou pelo conceito identificado por “corpos dóceis” (FOUCAULT, 1987).

Sob outra perspectiva, as discussões sobre a infância no século XVIII tomam novos rumos: o suplício, a tortura, os castigos, passam a ser vistos como algo vergonhoso, surge então, a perspectiva da punição generalizada, com certa suavização das penas. Nesse tempo se destacam os “escolarizadores”, pessoas que instituem escolas e os materiais escolares, como por exemplo, Pierre Anderson. Esses sujeitos entendem que é preciso que os processos de mudança aconteçam, em detrimento dos castigos e ao suplício, para encontrar novos esquemas de governo.

No contexto especificamente brasileiro, no século XIX, é possível salientar um dos fatos mais impactantes para a história da infância, que é a construção da escola pública, à medida que o pilar embrionário de sustentação desse grande evento nasce à luz do que idealizou o protagonista Anísio Teixeira. A escola surge enquanto espaço produtivo de aprendizagem para todos, sendo o principal objetivo: levar a democracia para dentro da sala de aula, com o propósito de que se edificasse uma sociedade menos medrosa e “encucada”. É nessa hora que os debates efervescentes em torno da questão da amamentação por demanda marcam um importante momento de transformação na representação social de infância: dar o quanto de leite materno a criança demandar.

Em 1890, logo após a proclamação da República, houve algumas importantes reformas na educação, iniciadas pelo então ministro da Instrução, Benjamin Constant, que

visava ampliar o Ensino Superior. Mais uma vez na história, a escola primária não recebeu atenção merecida dos primeiros governos republicanos. Ao contrário, o que se tinha eram boas escolas para os filhos da elite brasileira e péssimas escolas para os pobres, já os professores não tinham a formação adequada.

Foi somente próximo aos anos 30, com o advento do movimento da “Escola Nova”, inspirado pelas ideias do filósofo americano John Dewey, que essa difícil realidade da escola primária começa a ser transformada no Brasil, a começar com importantes mudanças e reformas estaduais. Destacamos principalmente o nome do jurista, educador e escritor Anísio Spínola Teixeira, que, de forma protagonista, pretendia reorganizar o sistema público brasileiro, pensando na expansão e na democratização do acesso à escola no país. Os princípios da “Escola Nova” eram o desenvolvimento intelectual e a capacidade de julgamento e memorização.

É, justamente, neste contexto que a LBA vai articular sua força humana, econômica e político na intenção maior de assistir à infância mais carente que se encontrava às margens das ideias progressistas, liberais e modernizadores que rondavam, especialmente, os centros urbanos no Brasil no início do século XX. No tópico seguinte, faremos uma análise da desenvoltura da Legião a partir do que foi veiculado midiaticamente por alguns jornais impressos do período.

2.2 A História da LBA nos jornais: registros sobre assistência e assistencialismo.

O objetivo inicial da LBA foi atuar como uma legião, cujo conceito ou significado denota-se a partir da frase, “um corpo de luta em campo”, o que pode ter motivado a absoluta aprovação pública. Os cidadãos desejavam contribuir em combate, frente a guerra. Dessa forma os acontecimentos da entidade ganhavam proporções avolumadas com os desdobramentos repercutidos nos jornais: a cobertura jornalística noticiava os planejamentos e os repercutia, após serem realizados, através de artigos e reportagens. Assim a LBA nasceu e se firmou por um viés filantrópico. “ Em outubro de 1942 a L.B.A. se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltadas para “congregar as organizações de boa vontade” (SPOSATI, 2004 p. 20).

O Estatuto da LBA assegurava sua presidência às primeiras-damas da República, fato que predominou durante toda atuação e impactou na construção do paradigma, em relação ao papel (função) do primeiro-damismo brasileiro, que sempre esteve voltado à assistência

social, sobretudo a atender às famílias pobres (não previdenciárias), frente às calamidades públicas, extrema pobreza e causas humanitárias urgentes.

O paradigma de que o papel da mulher na sociedade é o de cuidar da organização da família foi ainda mais reforçado neste período de pós-guerra, quando no advento de criação da LBA estipula-se a presença feminina em sua concepção e manutenção.

Em paralelo aos impactos da LBA sobre o assistencialismo notamos que o setor educacional no início dos anos de 1940, também contribuiu para a construção da representação social de mulher. Nesta época a concepção sobre a função da mulher na sociedade foi desenvolvida pelo processo educacional e está presente nas raízes históricas da educação brasileira, no que tange as orientações e diretrizes de documentos importantes (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

Neste sentido as marcas discursivas da narrativa jornalística também se voltaram a estabelecer uma espécie de definição do que caberia à mulher fazer, num momento de construção da representação social de primeira-dama, distinguindo do que seria o papel masculino neste contexto. Assim, as práticas de beneficência e filantropismo, associadas ao assistencialismo, enquanto sinônimos, foram protagonizados pelas mulheres (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

Do ponto de vista de sua atuação nos setores sociais, a imprensa nacional contribuiu para a afirmação da LBA enquanto instituição imprescindível, frente aos problemas da época, a partir da repercussão maciça de suas atividades, cuja representação de entidade *séria*, competente e importante acompanhou os desdobramentos históricos e a fez funcionar como “instrumento político ideológico”.

A referida instituição nasceu com o apoio de fortes aliados, tais como a Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria, o que confere ao presidente Getúlio Vargas e a primeira-dama Darcy Vargas, o poder do convencimento, a partir de um discurso humanitário, e evidente domínio da arte de dar nascimento às ideias.

As campanhas de arrecadação de donativos, encampadas pela LBA, ganharam forte impacto após serem noticiadas pelos jornais, sendo que a notoriedade construída através da repercussão jornalística, contribuiu para angariar apoio político ao governo Vargas. É válido, portanto, considerar que o jornal impresso foi o principal veículo de comunicação utilizado pela LBA durante o período de implantação. Dessa forma, a publicação realizada nestes canais, era mais relevante por promover a ideia de que tudo que se publicava era verdade, ou

seja, os acontecimentos da LBA, quando repercutidos em impressos, tornavam-se fatos consolidados (MESTRINER, 2001).

De tal modo, os jornais impressos cumpriam com sua tarefa de promover maior debate e entrechoque de opiniões políticas, já que eram lidos e acompanhados por uma sociedade com certo grau de escolaridade, pessoas institucionalizadas, comerciantes, profissionais liberais, dirigentes religiosos, médicos, professores, artistas, produtores culturais, etc., sejam sujeitos formadores de opinião.

Sobre o impacto que tiveram os jornais impressos, quanto a abrangência e denotação de veracidade a partir da repercussão nas publicações – frente aos demais veículos de comunicação, como o rádio por exemplo – o articulista Francisco Pati, do Jornal A Cidade, evidenciou que:

No Brasil, aparecimento de um jornal coincide, em regra, com a eclosão de um ideal político. Depois da “Gazeta do Rio de Janeiro”, fundada no Rio por D. João VI, veio “A idade de Ouro do Brasil”, em 1811, em Salvador, na Bahia. Tivemos a seguir em Pernambuco, “O conciliador”. Os nomes definem: “O Constitucional”, na Bahia, “O Constitucional Rio-grandense”, em Porto Alegre, “A Aurora Fluminense”, no Rio, “O Vigilante”, ainda em Porto Alegre, “A Aurora Fluminense”, na Paraíba, “O Dezenove de Dezembro”, primeiro jornal publicado em Curitiba. Quando em 1862 o Partido Conservador foi chamado ao poder por Pedro II, aparece no Rio o “Dezesseis de Julho”, que representava o programa do ministério presidido pelo senador Visconde de Itaboraí. Esta situação política durou dez anos, através dos ministérios marquês de São Vicente, Visconde do Rio Branco e Duque de Caxias. Caxias ficou no poder de 1875 a 1878 e foi substituído pelo senador Visconde de Sinimbuá, filiado ao Partido Liberal.

Em 3 de dezembro de 1870, data do nascimento do Partido Republicano no Rio, surgiu o jornal “A República”, para defesa do novo ideal político tendo por diretores Quintino Bocaiuva, Salvador de Mendonça e Xavier da Cunha. Este vinha até então publicando em Porto Alegre “A Democracia”. Para propagar a república surgiu também nesta capital, onde já existia o “Correio Paulistano”, “A Província de São Paulo”, em 1874. Com a implantação do novo regime, “A Província” veio a ser “O Estado de São Paulo”. No Rio Grande do Sul, existiu desde 1885, sob a direção de Julio de Castilhos, o jornal “A Federação”. No Rio, entre outros essencialmente políticos, houve “A Cidade do Rio de Janeiro”, de José do Patrocínio, e “O País”, de Quintino Bocaiuva. Significa isso que o jornal foi considerado enorme, no Brasil, uma tribuna política. Do alto dela os homens agitavam idéias, sustentando ou combatendo regimes. Nem todo mundo possuía, no passado, a tribuna política por excelência, - o Parlamento. Nessas condições, os homens voltavam as suas vistas para o jornal. A tribuna parlamentar impunha, por outro lado, restrições invencíveis, como por exemplo, a limitação dos debates, sua subordinação aos assuntos em pauta, o direito da interrupção pelo aparte, a contradita e não raro a cassação da palavra. As discussões parlamentares, além de ouvidas por um número bastante reduzido de assistentes, morriam nas páginas dos anais. A palavra de um político ficava por assim dizer sem eco. Era preciso, então dar maior publicidade ao entrechoque de opiniões. Daí a necessidade da imprensa.

Essas coisas foram ditas por mim, ontem à noite, na sede da União Cultural Brasil-Estados Unidos, em prosseguimento às palestras sobre jornalismo. Ouvindo-as, entretanto, poderia ter alguém ter rejeitado:

-- Como explica o senhor tenham sido eleitos, em 46, no Brasil inteiro, mas profissionais do rádio do que da imprensa? Não se explica o fenômeno a não ser estabelecendo uma diferença fundamental entre o rádio e a imprensa. Note-se que

falo com noção absoluta porque tenho sido profissional de ambos. A imprensa é um instrumento de debate de idéias, um órgão do polemi ao passo que o rádio é principalmente um instrumento de propaganda de divulgação, de publicidade. O jornal, para produzir e, requer gente alfabetizada; o rádio, ao contrário, estende o seu campo de ação também aos não alfabetizados. O jornalista precisa ser lido para ser reconhecido: o profissional do rádio pode apenas ser ouvido. Ouvir é por outro lado mais fácil do que ler. Até os preguiçosos ouvem. (A CIDADE, 1951, p.4.)

Neste sentido, a LBA se firmou com ajuda dos jornais impressos, tendo construído uma relação amistosa com proprietários de jornais e jornalistas, ao mesmo tempo que investe financeiramente em divulgação de suas atividades. Conforme indica um artigo publicado pelo jornal A Cidade de 4 de julho de 1951, intitulado “O poder público e a função social do jornalismo”, tanto a primeira-dama Darcy Vargas, quanto o presidente Getúlio Vargas, ambos, mantinham relação diplomática com a mídia impressa. O então presidente do Brasil teria escrito uma carta de apoio ao trabalho do jornalista Samuel Wainer, fundador e editor do jornal carioca Última Hora. O chefe de Estado produziu uma espécie de atestado de qualidade ao serviço prestado por Wainer, através de seu jornal, utilizando-se da escrita. O diálogo construído pela carta publicada - e que possivelmente fora bastante lida e compartilhada pelo público consumidor de jornal - demonstra a abrangente repercussão, coloquialmente nomeada de “eco” protagonizada pelos jornais impressos:

O pensamento do Sr. Getúlio Vargas a respeito é possível de ser definido em poucas palavras. O presidente da República proclama necessária e vantajosa a função da imprensa, sempre que orientada por princípios construtivos e inspirada em razões patrióticas. É contra os excessos de linguagem, a paixão candente que desfigura os fatos e ataca os homens as razões subalternas que pretendem ocultar sob o manto de princípios nobres os apetites inconfessáveis e as ambições espúrias. Reconhece, finalmente, o sr. Getúlio Vargas a importância de uma imprensa bem orientada e a contribuição que a mesma pode oferecer à ação do Governo. Para ele uma crítica justa e equilibrada pode vir a ter influência marcante na definição dos rumos de Governo e no encontro das soluções mais condizentes para os problemas do país. Nada há a tirar ou a acrescentar às palavras do sr. Getúlio Vargas sobre jornalismo. Até mesmo um profissional poderia subscrever-las, com a ressalva, apenas de que esse ideal definido pelo presidente da República tem de ser alcançado sem pressões ou interferências do Poder Público. É a própria imprensa, e mais do que ela a opinião pública sempre mais esclarecida, que levarão ao aperfeiçoamento dos nossos jornais, até chegar àquela elevação de princípios e àquela nobreza de propósitos apontadas pelo missivista. Realmente é uma satisfação ver tais palavras tão claras e acertadas serem formuladas pelo presidente da República. Por mais que tenhamos progredido neste particular ainda existem no Governo que teimam em fazer da imprensa idéia bem diversa. Portanto, se o sr. Getúlio Vargas pensa de maneira acertada é de se esperar seja a sua ação valiosa no sentido de coibir abusos e interferências que, normalmente nascem na esfera administrativa em função das interpretações menos dignas que anotamos. Por mais categóricas que sejam as palavras do presidente da República, convém insistir na necessidade de que as mesmas venham a corresponder efetivamente a uma ação prática do Governo. Quer dizer, é indispensável que a administração prestigie a imprensa e contribua no seu campo de ação para enobrecer a sua função social. A forma para tanto tem de ser, justamente, a indicada pelo sr. Getúlio Vargas,

isto é, a do atendimento pelo Governo das críticas procedentes e da aceitação das sugestões viáveis. Nada exalta mais o jornal e o jornalista que o reconhecimento do acerto de sua orientação. Nada lhes assegura maior prestígio perante a opinião pública do que a constatação de suas sugestões terem sido recebidas com o acatamento a quem faziam jús.

Não será sempre fácil separar nas críticas da imprensa o trigo do joio, vale dizer, destacar aquilo que procede daquilo que carece de razão de ser. Muitas vezes a verdade fica encoberta nas formulações jornalísticas que dão a falsa impressão de ser uma coisa quando na realidade são outra muito diversa. Mas em tais casos caberá ao Governo distinguir com cuidado e agir com cautela. Não lhe faltam, para tanto, elementos. Se quiser acertar saberá indagar onde está a verdade e onde se oculta a mentira. Uma coisa precisa ficar clara desde logo. É que não existe melhor serviço de queixas e reclamações que o da imprensa livre, cujas colunas estão abertas á manifestação do público. O Governo para conhecer a vontade dos cidadãos não precisa de criar serviços especiais destinados a receber as queixas e neles colher as reclamações e os apelos do povo para saber como vão as coisas e para conhecer o que é preciso fazer a fim de resolver os problemas mais prementes de cada um. (A CIDADE, 1951, p. 5).

Em paralelo as publicações sobre as atividades da LBA, os jornais denunciaram a alarmante situação da mortalidade infantil no Brasil, de 1940 a 1950, com base nos dados do Censo Demográfico, organizado pelo Conselho Nacional de Estatística. Assim a representação de “Estrutura Social”, órgão regular do serviço social, voltado ao atendimento a crianças pobres, sobretudo no âmbito do acolhimento e cuidados com a saúde, através da alimentação saudável, foi colocada em cheque pela matéria “Mortalidade infantil”, cuja crítica denuncia expressivo número de crianças que morreram na referida década, seja por desnutrição (doenças do aparelho digestivo):

Na sessão de terça-feira, na Camara dos Deputados, o sr. José Fontes Romero pronunciou um discurso acerca da mortalidade infantil no país.

É, em verdade, um assunto a respeito do qual deveria haver pelo menos um discurso por dia nas Câmaras Legislativas nacionais. O Brasil continua infelizmente, na escala da mortalidade infantil, em lugar muito alto. Excetuando uma ou outra capital, onde o problema tem sido enfrentado quer pelo governo, quer pelas instituições particulares quase todas as cidades brasileiras pagam pesado tributo á ceifadeira implacável. As doenças do aparelho digestivo, principalmente fazem grande devastação em nossa terra, entre as crianças menores de um ano. Deficiências, de alimentação ou alimentação inadequada – eis as causas predominantes. Com base no Censo Demográfico de 1.º de Julho do ano passado, o Conselho Nacional de Estatística procedeu ao calculo das taxas de mortalidade geral em doze capitais brasileiras, no período compreendido entre os dois últimos recenseamentos, isto é, de 1940 a 1950. Observou-se tendência decrescente da mortalidade em todas. Em 1940 foi a cidade de Recife que apresentou maior mortalidade por mil habitantes, ou seja 28,80; em 1950 24,36. Vinham a seguir Fortaleza; Salvador Belem do Pará; Porto Alegre; Belo Horizonte, Manaus; Distrito Federal; Niterói; São Luiz do Maranhão; Curitiba e São Paulo. S. Paulo em 1940, apresentou a taxa de 13,02, por mil habitantes; no ano passado, 9,06. O município de Fortaleza, com uma taxa de mortalidade. São Paulo continuou a figurar com a taxa menor o que teve ser assinalado em homenagem ao nosso esforço em favor da saúde pública. Dentro desse quadro a posição da mortalidade infantil é ainda desanimadora. Recife ocupa o primeiro lugar não só na estatística da mortalidade

geral como da mortalidade infantil. Assim é que em 1944, num total de 14,650 nascimentos, só 49,4 por cento foram registrados, só 45,5 por cento conseguiram registro; em 1946 o total de nascimentos elevou-se a 17.541 e o de registros a 9.656 ou seja 55 por cento. No primeiro semestre de 1947, último período a respeito do qual possuímos dados fornecidos pelo Serviço Federal de Biostatística do Departamento Nacional de Saúde, tinham sido apurados 8.051 nascimentos, dos quais, entretanto, somente 46,2 por cento registrados. Ainda não conhecemos na integra as considerações expandidas no Palácio Tiradentes pelo sr. Fontes Romero. Presumimos, todavia, que elas tenham sido de caráter alarmante, com efeito, é a posição do Brasil nas estatísticas universais. Apesar de se saber aqui, que “acriança é o melhor imigrante”, segundo afirmam os ingleses, existe falta de uniformidade nas providencias oficiais, relativamente á defesa da criança. A disparidade dos dados estatísticos é em verdade uma acusação aos nossos governos. Assim como São Paulo vêm descendo cada vez mais seguem o exemplo os demais Estados da Federação? Por que Recife sobe á medida que São Paulo desce?

Na lista das doenças que tamanhas devastações produzem no capital humano do Brasil, no primeiro ano de vida, figuram, ao lado das moléstias do aparelho digestivo e do aparelho circulatório, as que resultam da falta de assistência materna. Nem todas as mulheres se acham realmente preparadas para a sagrada missão. Nem todas por outro lado contam com assistência médico-hospitalar. Já se provou com dados estatísticos que é incomensuravelmente maior, mesmo em São Paulo, que tão baixo lugar ocupa na escala da mortalidade infantil, o número das crianças que vem ao mundo sem nenhuma assistência, do que o das crianças convenientemente amparadas por especialistas. Nasce-se ainda ao Deus dará numa das maiores cidades do mundo, primeiro parque industrial da América do Sul.

Em São Paulo, entretanto, as instituições privadas suprem as deficiencias da iniciativa oficial. A Constituição Federal (torna obrigatória, “em todo o território nacional”, (artigo 164 a assistência á maternidade á infância e á adolescência. As duas primeiras não podem andar separadas. Ampara-se á mãe é exclusivamente em razão do filho. Todavia, não se saiu ainda do terreno da definição. O sr. General Eurico Dutra, assim que assumiu a presidência da República, declarou que á criança brasileira ficava sob sua proteção direta e imediata e que o problema da criança era o problema do seu governo. A verdade, não obstante, que continuamos onde estávamos, no terreno apenas das definições, dos discursos e dos “slongans”. Deve ter dito isso, na Câmara Federal, o sr. Fontes Romero (A CIDADE, 1949, p.2).

Se por um lado, a preocupação era com as urgências assistencialistas, voltadas a aplacar a fome, tratar as epidemias, vestir, examinar, organizar prontuários de prevenção às moléstias sanitárias, a educação pedagógica, em seu aspecto intelectual, propriamente dito, foi tratada pela LBA apenas em termos indiretos.

A matéria do Jornal A Cidade, com o título “Anjo das Crianças” e subtítulo: Provavelmente o mensageiro das crianças, italiano, não virá a Ribeirão Preto – Reunião de hoje na Prefeitura Municipal, denota articulação brasileira, voltada a buscar parcerias e recursos, que seriam utilizados em prol das crianças pobres. O senhor José Beschizza, ribeirão-pretano, é apresentado no texto como sendo o responsável pela reunião, que definiria os trâmites para a vinda do “Anjo das Crianças” à cidade:

Ribeirão Preto não poderia ficar à margem do esplendido movimento filantrópico que o “Anjo das Crianças” esta atualmente promovendo, a favor de 15.000 crianças italianas mutiladas pela guerra. Cidade que sempre se solidarizou com todos os movimentos que visam amparar aqueles que realmente necessitam; cidade por

excelência da caridade, Ribeirão Preto saberia o momento exato em que deveria participar do movimento que ora empolga todo o país. E com efeito, esse momento já chegou. Hoje, as 9 horas, no salão nobre da Prefeitura Municipal, reunir-se-ão nossas autoridades para, em conjunto, tomarem providências no sentido de fazer com que o “Anjo das Crianças” venha a Ribeirão Preto, e que seus tripulantes, os destemidos aviadores Bonzi e Lualdi, também sintam que o interior de São Paulo sabe palpitar e solidarizar-se com a dor dos povos amigos. O sr. José Bescchizza, diligente Agente Consular da Itália, em nossa cidade, na oportunidade da reunião referida, dirá sobre as possibilidades da vinda do “Anjo das Crianças”, bem como, prestará outras e valiosas informações que, certamente, orientarão os trabalhos no sentido de torna-los práticos e eficientes. . (A CIDADE, 1949, p.5).

Sobre o debate em relação ao modelo de atuação da LBA, notamos que a entidade recorreu as duas práticas, de assistência social e de assistencialismo. Entretanto, atuou mais no campo de assistencialismo do que da assistência social, propriamente dito. Assim discernimos sobre os dois conceitos: o primeiro preocupa-se em desenvolver a criança de maneira plena, à medida que proporciona alimentação necessária à sobrevivência fisiológica, ao mesmo tempo que a insere em programas e ou mecanismos de educação (espaços socioeducativos, escola básica, acesso a esporte, lazer, espiritualidade, enfim); enquanto que, o assistencialismo, volta-se ao atendimento urgente e imediatista, especificamente a aplacar a fome e estancar a dor, provocadas pela miserabilidade.

3. A LBA SOB A ÓTICA JORNALÍSTICA: UMA ANÁLISE DE JORNAIS SELECIONADOS

A partir da análise documental, procuramos neste capítulo ressaltar as menções feitas à LBA por três distintos veículos midiáticos. Para dar conta desta empreita, pois, selecionamos os jornais: “Correio Paulistano”; o “A Cidade” e o “A Tarde”, sendo estes dois últimos, veículos escritos e impressos na cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo.

3.1 Correio Paulistano: o jornal que "não ladra, não cacareja e não morde"

A primeira publicação sobre a LBA feita pelo *Jornal Correio Paulistano* data em uma quinta-feira, no dia 27 de agosto do ano de 1942, na edição de número 26.523, da qual a primeira reportagem é a cobertura do evento de inauguração, somada a uma nota (matéria) que reverencia as qualidades e valores da então Primeira-dama Darcy Vargas. Até o ano de 1949 somaram-se novecentas e duas (902) menções publicadas, utilizando-se de vários gêneros de linguagem jornalística, como exemplos: reportagens; artigos; matérias; charges. O jornal informa o endereço da sede e anuncia a pauta da reunião de inauguração: o processo de interiorização. Os primeiros artigos selecionados:

Para dar amparo aos mobilizados e suas famílias.
A Sra. Darcy Vargas cria a Legião Brasileira de Assistência

Rio, 26 – A sra. Darcy Vargas acaba de tomar mais uma iniciativa de grande expressão nacional: a criação de uma entidade, com ação em todo o país, para dar assistência aos mobilizados e às famílias daqueles que deixarem seus lares a serviço da pátria. Essa campanha, exercida e articulada eficientemente, em todos os seus aspectos, não se [...] com as providências do Estado, mas, pelo contrário, completará a atuação do poder público. A esposa do Chefe do Governo teve essa idéia e a diretoria da Associação Comercial, por unanimidade, as bases de tão humanitária iniciativa, em pleno entendimento com todas as filiadas nos Estados e municípios (CORREIO PAULISTANO, 27 ago. 1942).

Legião Brasileira de Assistência

A organização era gigantesca. Ela prevê principalmente, uma grande atividade no interior, onde pelas suas condições econômicas, mais se faz necessária a assistência aos mobilizados e suas famílias. Em cada capital a Legião Brasileira de Assistência terá um núcleo central, ligado, diretamente, à sede, no Rio de Janeiro, de onde se irradiarão as principais medidas e providências, e, também, si assim for necessário, recursos. Salienta-se, assim, que o soldado, com as contribuições que, comumente, recebe do Estado e com mais essa assistência da Legião, embora se deslocando dos centros de suas atividades normais na paz, ausentando-se de seus lares, deixará a família com todo amparo e proteção. Essa proteção não se fará somente em dinheiro, mas em roupas, gêneros, remédios, educação para crianças, etc. (CORREIO PAULISTANO, 27 ago. 1942).

O formato do texto como se anuncia a notícia da criação da LBA é carregado de elementos persuasivos publicitários à medida que, de antemão, se avalia que a repercussão fora das mais calorosas em todos os círculos sociais, unânimes as simpatias e o entusiasmo despertado nas pessoas. E desta forma, ainda que houvesse alguém contrário ou interessado em tecer qualquer crítica, estaria coagido a não discordar de algo que, aparentemente, já nascera consolidado.

A situação de guerra, somada ao regime ditatorial do governo Vargas, que duraria até 1945, finalizando-se após um golpe de Estado, engendrou um cenário favorável à construção da representação social de heróis, heroínas, bem como produziu no imaginário cultural da população de massa, o símbolo de pai do povo, ao então presidente Getúlio Vargas e de mãe dos desvalidos daquele tempo, a primeira-dama. O lema (*slogan*) do governo passou a ser reconhecido como “O Governo da Nação”. A reflexão de Mills (1972, p. 24), é bastante convidativa nesta questão: “Que ficção, que jornalista, que atividade artística pode concorrer com a realidade histórica e os fatos políticos de nosso tempo? Que visão dramática do inferno pode concorrer com os acontecimentos da guerra do século XX? ”

Em 27 de agosto de 1942, o Correio Paulistano publicou várias matérias de apoio a Vargas, por parte das principais Instituições Sociais, Clubes de Serviços, Universidades, entre elas: a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; a Associação dos Serventuários da Justiça; Classes Produtoras Paulistas; Associação Paulista de Imprensa; Escola de Engenharia Mackenzie; Fundação Guertzenstein; Sindicato dos Mestres e Contramestres nas Indústrias de Fiação e Tecelagem; Imprensa Universitária e Ginásio Santo Adalberto:

Novas manifestações de solidariedade ao Sr. Presidente da República e ao Sr.
Interventor Federal

A Escola Politécnica, da Universidade de S. Paulo enviou ao sr. Interventor Federal no Estado o seguinte telegrama: “Temos a honra de levar ao conhecimento de v. exc. que, reunidos hoje em assembleia extraordinária, os professores, adjuntos e demais auxiliares do ensino da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, os diretores e demais técnicos dos institutos anexos, resolveram, à vista da situação de beligerância em que se encontra o país, reafirmar a v. exc. estarem prontos para prestar todos os serviços que porventura lhes sejam cometidos pelas autoridades superiores, especialmente no campo de suas possibilidades técnicas, – Luiz Cintra do Prado, diretor da Escola Politecnica da Universidade de S. Paulo; Adriano Marchini, diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de S. Paulo; Luiz Gonzaga Colangelo Nobrega, diretor do Instituto de Eletrotécnica”.

(CORREIO PAULISTANO, 27 ago. 1942).

Solidariedade das classes produtoras paulistas com o Governo da Nação

Reuniram-se anteontem no salão nobre do Palácio das Industriais, com a presença do sr. Campos Vergueiro, diretor geral do Departamento Estadual do Trabalho, e do sr. Antônio Cicero Ribeiro Arantes, representante especial do Ministério do Trabalho junto ao governo do Estado, todos os sindicatos de empregados, empregadores e de trabalhadores por conta própria, representando a unanimidade das forças produtoras de S. Paulo. A importante assembléia fora convocada para o fim especial de deliberarem os sindicatos desta capital sobre a melhor maneira de manifestarem sua adesão e solidariedade ao governo da União, e principalmente ao eminente Chefe nacional, Presidente Getulio Vargas, na hora de emoção patriótica que o Brasil atravessa, ante a declaração do estado de guerra, consequente à covarde agressão de que fomos vítimas. (CORREIO PAULISTANO, 27 ago. 1942).

O estilo jornalístico e a literatura, embora sejam produzidos recorrendo a distintas linguagens, formatos e gêneros, sendo um voltado para a reportagem e articulação da realidade factual e o outro para a ficção em concordância com alegorias, quando constroem narrativas com propósitos semelhantes de: informar e mobilizar sem apelos tendenciosos; conscientizar, de maneira apartidária; acabam por promover o desenvolvimento sociocultural e histórico. No entanto, não era esse o estilo narrativo das publicações do Correio Paulistano, cujas matérias jornalísticas, ainda que aparentemente nobres, pelo fato de vincularem a arrecadação de recursos em prol da LBA, reafirmavam a hegemonia e soberania dos mais ricos e poderosos, em detrimento dos mais pobres e necessitados de ajuda.

Entretanto, outros interesses estavam em jogo, já que a repercussão das publicações sobre as doações, realizadas por pessoas mais abastadas junto ao governo, traziam a elas enorme visibilidade social, ainda que fossem realizadas com a finalidade de ajudar as famílias dos soldados de guerra. E esse espírito de solidariedade aumentava entre os ricos, impulsionado pela notoriedade jornalística, como indica o artigo a seguir:

Extraordinário vulto de uma humana e nobre iniciativa
Sobe a mais de 3.000 mil contos a subscrição patrocinada pela Sra. Osvaldo Aranha

RIO, 27 – A subscrição em pról das famílias dos marítimos e soldados vítimas dos atentados do “eixo”, aberta por iniciativa da ilustre senhora Osvaldo Aranha, está correspondendo perfeitamente à expectativa dos brasileiros. A gerencia do “Correio da Manhã”, o prestigioso órgão dirigido por Paulo Filho, que tomou a seu cargo receber as dádivas, continuam a chegar doações de figuras marcantes e firmas credenciadas perante o publico. Contam-se entre aqueles que acorreram ao apelo da ilustre dama, fazendo crescer o total apurado, que ultrapassou já a casa dos três mil contos, o Interventor paulista, sr. Fernando Costa, com 10:000\$000. Entre as organizações comerciais que contribuíram no dia de ontem, figura em destaque a Cia. Castino Copacabana S. A., que assinou a quantia de 50:000\$000. Também uma contribuição recebida de maneira bastante simpática foi aquela feita pelos

“Dinamarqueses livres”, residentes no Brasil, no valor de 10:000\$000. Na lista estampada hoje pelo “Correio da Manhã”, o total das doações atinge a 3.151:009\$200 (CORREIO PAULISTANO, 28 ago. 1942).

Os impactos da veiculação destes artigos sobre a LBA foram tão intensos no sentido de mobilização social, que até mesmo as moças estudantes universitárias, alunas da Faculdade de Filosofia Ciência e Letras mobilizaram-se em prol das iniciativas do governo federal naquela época. Tanto para aquelas voltadas às estratégias de combate à guerra, como as iniciativas de solidariedade e ajuda aos mais pobres, cuja questão social se agravou nesse momento da história. Essas moças demonstraram, apoiadas nessa iniciativa, que queriam se assemelhar às grandes damas da sociedade brasileira, voluntárias da LBA e assim fundaram a Legião Universitária Feminina, com a finalidade de coordenar as atividades de todas as demais estudantes, de outras universidades paulistas, no sentido de cooperarem, junto às autoridades e forças armadas nacionais, na defesa passiva e antiaérea.

Apesar disso, essas referidas moças estudantes não tinham voz ativa durante as reuniões. Eram os generais e outros homens representantes do governo ou da sociedade civil que falavam, discursavam, projetavam-se sociopoliticamente:

Estudantes das nossas escolas superiores colaborarão com as autoridades militares na defesa passiva antiaérea – várias

Sob o patrocínio das alunas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, realizou-se ontem às 10,30 horas, no auditório daquele estabelecimento de ensino, uma reunião das universitárias paulistas, com o objetivo de fundar a Legião Universitário Feminina, entidade destinada a coordenar nas atividades dos estudantes de São Paulo, no sentido de cooperar junto às autoridades e forças armadas nacionais na defesa passiva anti-aérea. Os trabalhos da reunião foram presididos pelos srs. Capitão Henrique Cardoso e tenente Alberto Cardoso, do Quartel General da 2.a Região Militar; [...] exposição sobre as autoridades militares esperam da colaboração das universitárias de São Paulo. Falaram, também os universitários Francisco Sodero, orados do Gremio da Faculdade de Filosofia, e Henio Sandoval Peixoto, que pôs à disposição da Legião Universitária Feminina o fundo arrecadado para a celebração da missa com que os alunos daquele estabelecimento de ensino homenagearam, na manhã de ontem, a memória das vítimas das agressões dos submarinos do “eixo” contra a marinha mercante nacional. Após as palavras do capitão Henrique Cardoso, ficou resolvida que a Legião Universitária Feminina se [...] (CORREIO PAULISTANO, 24 ago. 1942).

A ditadura, através de caracterização coercitiva e centralista, garante ausência de criticidade por parte da produção literária, das artes, das comunicações, tais como o cinema, o teatro e a televisão, ou a ausência de ilustrações alusivas e críticas ao governo. O que se vê são textos publicitários e jornalísticos, voltados ao enaltecimento da imagem da LBA e um contexto favorável ao regime ditatorial, que se desenhava na época pelo governo Vargas, o qual, após sofrer o golpe de Estado no ano de 1945, sai de cena por seis anos, voltando ao

poder em 1951, quando é eleito, por intermédio de eleições diretas. Todo esse grande apoio jornalístico e toda “estrutura social”, sustentando-o no poder, parecem não ter sido suficientes para mantê-lo vivo, já que em 1954 Getúlio Vargas suicida-se.

Para Marshall McLuhan (1969) em sua obra *O meio e a mensagem*, na qual estudou os efeitos dos meios de comunicação na sociedade, as transformações conceituais sobre os temas de reportagens e artigos jornalísticos podem ser interpretadas enquanto fenômeno, já que as transformações conceituais surgem à medida que a sociedade lê e repercute suas leituras, do ponto de vista sociocultural.

À proporção que a matéria jornalística é construída a datar de uma narrativa “impositiva”, cuja articulação traz argumentos extraordinários sobre a ideia que pretende defender, ocorre consenso geral, sem nenhum tipo de controvérsia ou discordância com o que se apresenta. É neste sentido que representantes do Departamento do Serviço Público de São Paulo se reuniram com os diretores e vários associados do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda para impor parceria e união, frente à necessidade de apoio à Legião Brasileira de Assistência. Estava garantida a projeção e visibilidade que a “superestrutura”, representada por todos os aliados institucionalizados, almejava.

O Correio Paulistano, ao noticiar, reportar e articular sobre todos os eventos protagonizados pela LBA, provoca uma espécie de engajamento, mobilização e enobrecimento do voluntariado, representado por famílias ricas e bem-sucedidas economicamente, sendo, na sua maioria, católicos e mulheres.

A narrativa textual jornalística é carregada de enaltecimento, elogios e afagos, que acreditamos tenham impulsionado a participação de muitos interessados na visibilidade social e política que a publicidade e propaganda podem construir no imaginário cultural das pessoas. Assim, as Associações Femininas de São Paulo automaticamente se juntaram ao ideal imaginado pela criadora Darcy Vargas, a propósito da realização dos “nobres” objetivos da LBA (BARBOSA, 2017).

Em *Os Meios de Comunicação como Extensão do Homem*, McLuhan (1974) mostrou que o meio é um elemento importante da comunicação e não somente um canal de passagem ou um veículo de transmissão, o que nos leva a conceber que o jornal impresso, por provocar um processo prático de escrita, leitura e interpretação, ganha força em termos de credibilidade, veracidade, em meio à construção das representações sociais.

A imaginação sociológica discutida por Mills (1972) amplia a compreensão do quanto o jornalismo impresso pode ter influenciado as mentalidades e os novos processos culturais na

época, inclusive na interiorização e discussão com a qual dialoga Macluhan, tratando-se disso: “socialmente, a extensão tipográfica do homem trouxe o nacionalismo, o industrialismo, os mercados de massa, a alfabetização e a educação universais. A imprensa apresentou uma imagem de precisão repetitiva que inspirou formas totalmente novas de expansão das energias sociais” (MACLUHAN, 1974, p. 196).

Nessa mesma conotação de diálogo e discussão Chartier (1991, p. 178), no capítulo “*Mundo do Texto e Mundo do Leitor: A Construção do Sentido*” faz-nos refletir que uma releitura sobre as publicações dos jornais impressos, acerca das atividades desenvolvidas pela LBA, após passados os anos e as transformações históricas e culturais, será agora na contemporaneidade diferente do que foi no exato tempo em que foram produzidos, da mesma forma em que as representações sociais de infância pobre e de escola eram, em seu tempo, diferentes (CHARTIER, 1991).

A história, o pensamento sociológico, as representações sociais, as mentalidades, a dialética, dão conta de entender os sentidos e intenções das referidas projeções jornalísticas e seus impactos para a sociedade. Roger Chartier buscou compreender como, nas sociedades do Antigo Regime, entre os séculos XVI e XVIII, a circulação multiplicada do escrito impresso modificou as formas de sociabilidade, autorizou novos pensamentos, transformou as relações com o poder, da mesma forma que buscamos nessa pesquisa (CHARTIER, 1991).

A seguir, duas reportagens que registram o início do processo de interiorização da LBA. Nesse evento diversas instituições sociais, comerciais, industriais, associações femininas e damas da sociedade mostram-se dispostas a ajudar na realização dos propósitos de solidariedade da LBA:

A Legião Brasileira de Assistência em São Paulo

Sob o patrocínio da exma. Sra. D. Darci Vargas e da Associação Comercial do Rio de Janeiro, acaba de ser criada, naquela capital, a Legião Brasileira de Assistência. A Associação Comercial de São Paulo, em reunião de sua diretoria, deliberou unanimemente aplaudir aquela nobre iniciativa e secunda-la em entusiasmo. Por intermédio de seu presidente em exercício, dr. Lauro Cardoso de Almeida, a Associação Comercial de São Paulo, comunicou essa decisão ao Interventor Federal dr. Fernando Costa e ao dr. Abelardo Vergueiro Cesar, Secretário da Justiça e Negócios do Interior, e no Rio, à sra. d. Darci Vargas e à Associação Comercial. O sr. Secretário da Justiça convocou extraordinariamente o Conselho Consultivo do Departamento de Serviço Social para tomar conhecimento do assunto. Compareceram à reunião os Srs. Drs. Vicente Melilo, José Pedro Galvão de Souza, José Villae, d. Olga de Paiva Meira, Edmundo de Carvalho, Bento José de Carvalho Filho, Luiz Pereira de Carvalho e Fausto Faro, diretor do Expediente do Departamento do Serviço Social, substituindo o respectivo diretor geral, dr. Cori Gomes de Amorim, o padre Saboia de Medeiros, representando o sr. Arcebispo metropolitano. O sr. Secretário da Justiça comunicou ao Conselho a grande

iniciativa do mais alto sentido patriótico e humano. Por proposta do dr. Vicente Melilo, o Conselho aprovou unanimemente um voto de irrestrita solidariedade aos drs. Getulio Vargas, Presidente da República, e Fernando Costa, Interventor Federal, em razão da patriótica e desassomburada atitude do governo federal em face do atentado de países estrangeiros à soberania nacional; e, ainda por proposta do dr. Vicente Melilo, o Conselho, por unanimidade, deliberou aplaudir com entusiasmo a criação da Legião Brasileira de Assistência, à qual dará seu inteiro apoio. Essas deliberações foram transmitidas, ontem, mesmo, por telegrama, aos srs. drs. Getulio Vargas, Presidente da República, e Fernando Costa, Interventor Federal e sra. d. Darci Vargas e ao sr. Manuel Ferreira Guimarães, presidente da Associação Comercial do Rio. O dr. Pedro Xisto de Carvalho fez sobre o assunto diversas considerações que serão devidamente apreciadas pelo Conselho. Decidiu mais o Conselho que a sra. d. Olga Paiva Meira se entendesse com a sra. d. Anita Costa, afim de, sob o alto patrocínio da esposa do sr. Interventor Federal, em São Paulo, uma entidade ligada à Legião Brasileira de Assistência. O Conselho Consultivo do Departamento de Serviço Social solicitará a colaboração das diversas instituições de beneficência e assistência social de S. Paulo e do interior à Legião Brasileira de Assistência (CORREIO PAULISTANO, 28 ago. 1942).

Colaboração das associações femininas paulistas à Legião Brasileira de Assistência

Delegações especiais das entidades filantrópicas de São Paulo foram recebidas, ontem, no Palácio dos Campos Elíseos – Campanha dos metais – Agradecimento do Chefe do governo – Várias informações. As associações femininas de São Paulo, cuja obra de caráter estritamente cívico e social, e que têm, em vários decretos da fecunda existência [...] (CORREIO PAULISTANO, 29 ago. 1942).

Simultaneamente aos diversos eventos que marcaram a inauguração da LBA em São Paulo, várias manifestações de solidariedade ao Presidente Getúlio Vargas chegavam à redação do Correio Paulistano, que, por sua vez, publicava-as.

Para um panorama elucidativo, elencamos alguns dos principais artigos encontrados sobre a participação ativa da LBA, das menções ao presidente da República, da organização da Legião e de suas práticas assistencialistas. De tal modo, como indica o quadro abaixo, o Correio Paulistano veiculava notícias sobre a LBA:

QUADRO 1 – OS PRINCIPAIS ASSUNTOS VINCULADOS À LBA NAS PÁGINAS DO “CORREIO PAULISTANO”

TÍTULO DO ARTIGO	DATA	ASSUNTO	JORNAL
Palácio do Governo	02/09/1942	Encaminhamento de verbas da primeira-dama à Metalurgia Paulista para auxiliar famílias vítimas de afundamentos de navios.	Correio Paulistano

Moção de solidariedade ao presidente Vargas.	02/09/1942	Apoio às decisões do presidente Getúlio Vargas pelos funcionários da Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos do DEIP por intermédio do Cândido Motta Filho.	Correio Paulistano
Legião Brasileira de Assistência	06/09/1942	Telegrama dirigido à primeira dama do país pela Sra. D. Anita Costa – Em São José dos Campos em solidariedade aos esforços para a fundação da LBA.	Correio Paulistano
Legião Brasileira de Assistência	15/09/1942	Reunião no Palácio dos Campos Elíseos, sob a presidência da Exma. Sra. Fernando Costa – Apressados os trabalhos de fundação da última instituição em São Paulo – Dias antes da fundação oficial da Legião.	Correio Paulistano
Organização da Legião Brasileira de Assistência.	17/09/1942	Trata-se da divulgação nacional da organização das instâncias da Legião que se compões de: uma Comissão Central nas capitais dos Estados; Centros Municipais e, ainda, onde for necessário, Postos Distritais.	Correio Paulistano
Legião Brasileira de Assistência – Organização das comissões central e estaduais	20/09/1942	Trata-se de um artigo destinado à divulgação da composição das comissões central e estaduais e a entrega da direção departamental às senhoras selecionadas da sociedade paulistana.	Correio Paulistano
Legião Brasileira de Assistência	24/09/1942	Artigo de convocação das famílias dos sargentos e praças do 1º Grupo do 2º Reg. De Artilharia Antiaérea para comparecer ao Quartel General da 2ª Região Militar para receberem as devidas assistências da LBA.	Correio Paulistano
Solidariedade da mocidade de Itapetininga ao Presidente da República	24/09/1942	Matéria que registra a destinação de recursos da LBA, também às Escolas Agrícolas do interior paulista. Trata-se do lançamento dos cursos de: horticultura, apicultura, avicultura, sericultura, indústrias	Correio Paulistano

		rurais, compreendendo a conservação dos produtos.	
Vitória do Brasil e Legião Brasileira de Assistência – Prosseguem os trabalhos da Comissão Estadual dessa entidade.	25/09/1942	Trata-se da inauguração de um posto da LBA na capital paulista somado ao um sentimento de grande felicidade pela adesão satisfatória de muitas mulheres da sociedade paulistana.	Correio Paulistano
Instalada ontem a Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência	26/09/1942	Artigo que menciona que cerca de 1.000 senhoras se inscreveram para trabalhar na benemérita entidade – O 1.º posto de assistência às famílias dos convocados	Correio Paulistano
Federação Espírita do Estado de São Paulo.	27/09/1942	Matéria que identifica que a Federação Espírita do Estado de São Paulo também apoiava a iniciativa da LBA e contribuía com a identificação de pessoas necessitadas a receber ajuda.	Correio Paulistano
Legião Brasileira de Assistência	01/10/1942	Artigo que apresenta as atividades da Comissão Estadual da LBA, bem como as novas adesões e a inauguração de outros postos de alistamento, principalmente, no interior do estado de SP.	Correio Paulistano
Legião Brasileira de Assistência	10/10/1942	O artigo menciona a visita de estudantes á sede social, bem como a inauguração do curso de “higienização mental” para soldados.	Correio Paulistano
Legião Brasileira de Assistência	10/10/1942	A matéria apresenta algumas das normas estatutárias da LBA – Ofícios recebidos – Reunião das presidentes de Centros – Postos de Alistamento – Várias informações a respeito	Correio Paulistano
Meio por cento sobre o salário de contribuição dos segurados de Caixas de Aposentadorias e Pensões	10/10/1942	Trata-se da divulgação do decreto-lei assinado pelo presidente da República para destinar recursos financeiros à LBA e às Caixas de Aposentadorias e Pensões para os segurados pela Legião.	Correio Paulistano

Legião Brasileira de Assistência	17/10/1942	É um artigo destinado a divulgação dos recursos destinados pelo Governo Federal à LBA, bem como a atuação da Legião no Rio, no Pará, em Santa Catarina, na Paraíba e Alagoas.	Correio Paulistano
Atividades da Legião Brasileira de Assistência em Taubaté	17/10/1942	Trata-se de um artigo destinado a informar como atua a LBA na cidade de Taubaté –SP.	Correio Paulistano
Noite de arte regional	18/10/1942	Trata-se de um evento promovido pela Casa de Portugal, no Teatro Sant’Ana, em favor dos objetivos da Legião Brasileira de Assistência.	Correio Paulistano
Legião Brasileira de Assistência de Ribeirão Preto.	08/12/1942	O artigo dialoga com a interiorização da LBA divulgando a inauguração da sede em Ribeirão Preto na rua General Osorio, 147, o núcleo local da “Legião Brasileira de Assistência”, sob a presidência da exma. Sra. d. Anita Procópio Junqueira.	Correio Paulistano

Fonte: Hemeroteca Digital Brasil – Biblioteca Nacional Digital.

A LBA teve força organizadora conforme conseguiu reunir, em prol da realização de seus objetivos, centenas de pessoas influentes, intelectuais, personalidades públicas, famílias ricas, membros da Igreja Católica, Instituições sociais, Associações comerciais e industriais, firmando-se como forte *base estrutural*, da qual se referiu Gramsci (2004). A instituição premiava as pessoas e empresas que doavam dinheiro ou trabalhavam “honrosamente” em prol de sua causa social, com a Medalha do Mérito Legionário. A sociedade civil, em âmbito privado e a sociedade política, em âmbito público, através de seus membros representantes do Estado, exerceram a função de hegemonia perante a sociedade de massa, facilmente comandada, dada ao estado de vulnerabilidade social.

Darcy Vargas esteve ligada à LBA desde a sua fundação em 1942 até 1954, período no qual exerceu o papel de Diretora de Honra da Instituição. Após a morte do marido, Getúlio Vargas, Darcy se afastou da vida social, porém manteve seus trabalhos voluntários na assistência social até sua morte, em 1968.

Darcy Vargas protagonizou a construção de um modelo para o exercício da função de primeira-dama e dessa forma deixou um legado para as mulheres que a sucederam, pois, a partir de sua atuação, passou a ser considerado como contrapartida feminina dos maridos em função pública do poder executivo, o dever moral e cívico da assistência social.

Sucessivas mulheres estiveram à frente da LBA, sendo bastante diversificados os projetos desenvolvidos, como: a promoção social; a assistência à infância pobre; a merenda escolar; a vacinação infantil para o combate a várias doenças; as campanhas de orientação familiar. Assim também, a educação moral e cívica para as mães, intensamente ‘publicitados’ nos governos militares, bem como as oficinas de corte e costura, bordado e artesanato, cuja finalidade era contribuir para o aumento da renda familiar.

3.2 A Cidade: "a mobilização sociopolítica e um olhar para a assistência à infância"

É possível analisar o perfil narrativo do jornal “A Cidade” a partir de sua gênese e assim deduzir os meandros da narrativa escolhida por ele para abordar o assunto *infância*. Na capa da primeira edição, “Primeira Nota”, veiculada no dia primeiro de janeiro de 1905, o periódico publicou sua linha editorial, cuja declaração demonstra o compromisso com os poderes locais:

Ao lado das classes productoras do município, pugnaremos pelo maior desenvolvimento da lavoura, do Commercio e da Indústria, fazendo valer os seus direitos e as suas justas pretensões que interessam à sua própria vitalidade convencidos de que trabalharemos, assim, pela conquista da nossa grandeza futura. [...] Em política [...] Ella se empenhara pela verdade da política prática, collaborando com aquelles que desinteressadamente, no intuito nobilitante de elevar nosso município, dotando-o de melhoramentos materiaes e Moraes a que tem direito, dirigem os seus destinos e tem de promover a sua sábia administração 10 (JORNAL A CIDADE, 1905, p.1).

O Jornal “A Cidade” foi fundado numa época fecunda para a economia, considerada ‘A Belle Époque Paulista’, ou ‘A bela época paulista’. Representava os interesses das classes populares e agrupamentos sociais, ou seja, os primeiros clubes de serviços e outras instituições sociais, liderado pelo fazendeiro Joaquim da Cunha (MONTI, 2021).

Já o maior concorrente do Jornal A Cidade, ‘O Diário da Manhã, ao contrário, representava os interesses dos agrupamentos políticos e foi liderado pelo adversário Francisco Schmidt, chefes políticos e “membros de uma elite endinheirada, que não distinguia limites entre o público e o privado ou entre o urbano e o rural – para quem seus interesses privados

eram defendidos por um corpo de doutores, pelos jornais e pela Câmara Municipal (PAZIANI, 2005).

Sobretudo, ao ler a matéria intitulada “*Benefícios à Imprensa*”, constatamos a venda de publicidade e apoio político por parte dos jornais do interior aos partidos políticos da época. A agência de publicidade Santos & Santos S/A, que mantinha mais de 100 jornais associados, incluindo o jornal “A Cidade”, realizou o evento, junto a vários deputados federais do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), grupo do qual fazia parte Ulisses Guimarães, Cunha Bueno, Paulo de Abreu, etc. O editorial Panorama Político durou cerca de 10 anos:

Panorama Político

O alegre mês de junho, uma das épocas do ano em que o povo mais se diverte, não tem sido dos mais animadores para a vida de alguns partidos em São Paulo. O P. T. B. foi boicotado numa cidade do interior ao pretender realizar comícios; o P. D. C. viu tristemente cindir-se seu grêmio, quando tudo parecia consolidar-se no partido conservador, reduzindo suas possibilidades eleitorais, que não eram grandes, a U. D. N. convulsionada de uns tempos para cá, parece também ver desmembrado o grupo dissidente ao findar este semestre de 51. O primeiro incidente provocou reação dos trabalhistas, que apelaram para o Tribunal Eleitoral contra a atitude da policia de Guaratinguetá, onde foi permitido, no entanto, um comício do P. S. D. Eis uma contrariedade para o Governador Lucas Garcez, pacificador da política paulista. Quando aos rebelados da U. D. N. e do P. D. C., não se sabe qual cartilha vão adotar. Certamente vão virar trabalhistas e pessepistas. Como são adeptos da coligação dos Campos Elíseos é possível que a facção do sr. Ademar de Barros leve vantagem. E já que falamos em coligação, estamos por reafirmar nossa opinião que sempre viu dificuldade pratica do decálogo assinado. Na capital surgiram os primeiros casos embaraçosos para o convenio e no interior ninguém o está respeitado. Até onde irá o pacto tão bem idealizado e com as melhores intenções, pelo governador paulista? Oxalá que tudo se harmonize, mas com as eleições municipais de outubro as coisas são capazes de piorar. (A CIDADE, 18 set. 1942).

Ao longo das edições do impresso, é possível perceber também uma preocupação com a educação das crianças, assim como uma atenção significativa à assistência à infância da cidade. Tais pautas, estão em perfeita consonância com a veiculação de discursos, legislações e debates acerca dos “perigos” da infância empobrecida, especialmente, aliciada pelas mazelas das ruas, da bandidagem, da vadiagem.

Educação Social José Camarinha Nascimento

Entendemos sob este titulo os conhecimentos de cidadania (educação cívica, moral, artística, recreativa) os que resultam da perfeita integração do individuo em sua família e nos grupos sociais a que pertence.

Visamos com isso:

- a) Conhecimento das situações e dos fenômenos do meio físico em que vivemos; compreensões das relações humanas;

- b) Conhecimento da organização atual e da tradição da vida nacional, de modo a fortalecer o amor à Patria e a compreensão dos problemas sociais;
- c) Conhecimento da organização administrativa e política do país pela compreensão dos direitos e deveres do cidadão;
- d) Aquisição de hábitos e atitudes favoráveis ao ajustamento social, tais como o de cooperação, de respeito e de solidariedade;
- e) Aperfeiçoamento de caráter, desenvolvimento nêlo, do ponto de vista de sadia brasilidade, a consciência da solidariedade humana;
- f) O desenvolvimento do interesse, pela observação e pela experimentação;
- g) Intensificação do interesse, pelas coisas da natureza – as plantas, os animais, o solo e o céu;
- h) Noções gerais da importância que tem, no mundo atual, as aplicações da ciência.

Dada a natureza das classes, reunidas em 1-º e 2-º graus ou somente constituídas num 1-º grau, foi que apresentamos essas duas modalidades de horários.

No horário destinado às classes onde existem dois graus, o 1-º e o 2-º, fazem parte, duas espécies de aulas: a direta e a indireta.

A aula direta é aquela em que o professor atende face a face a seus alunos, dando-lhes oportunidades para responder às perguntas que lhes forem formuladas ou ajudá-los a solucionar suas dúvidas surgidas no momento em que se realiza a lição.

A aula indireta é a que se dá simultaneamente com a primeira mais que não exige a atenção pronta e imediata nem a conversação do professor com seus alunos. Apenas estes é que se ocupa as tarefas que lhes foram atribuídas, preenchendo-se, assim, mesmo, o tempo gasto com a aula de outra série ou grupo, que está exigindo a preocupação direta do professor e alunos (A CIDADE, 5 jan. 1943).

A preocupação do poder público municipal com a infância na cidade é igualmente sentida através da veiculação de notícias jornalísticas que apontam para a construção de grupos escolares sob responsabilidade da Prefeitura Municipal:

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Lei nº 200

De 25 de Junho de 1951

DESAPROPRIA TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DO 6º GRUPO ESCOLAR

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º – Fica declarada da utilidade pública, para o fim de ser desapropriada judicialmente, ou por via amigável, nos *** do artigo 5.º do Decreto-lei n. 3365, de 21-6-1941 e do artigo*** da Lei n.º 1, de 1-9-1947, a área de terra de 5040 mts², situada no bairro da “Vila Virginia”, nesta cidade, entre as Ruas Vital Brasil, Julio de Mesquita e Euclides da Cunha, de propriedade do Senhor Alvaro de Lima e sua mulher. Artigo 2.º – A referida área de terra, que esta lei desapropria, destina-se à construção do 6.º Grupo Escolar, para o que fica a Prefeitura Municipal autorizada a doar, transferir, vender, permutar ou alienar ao Governo do Estado, pelo valor e forma que julgar conveniente aos interesses do Município, lavrando e assinando as escrituras e documentos necessários. Artigo 3.º – A alienação segundo a forma conveniente ao Município, e condicionada ao prazo de três (3) anos para o início da construção e termino dentro de cinco (5) anos. Artigo 4.º – A área de terreno, objeto desta lei, em caso de doação, ou qualquer, outra alienação, reverterá pura e simplesmente ao Município, desde que o Governo do Estado não cumpra as condições do prazo do artigo anterior. § Único – Se, o Município, na forma deste artigo, receber a reversão e não providenciar, dentro de um ano, a construção de um parque infantil, a referida área reverterá ao Senhor Alvaro de Lima, mediante o pagamento da importância dispendida pela Prefeitura. Artigo 5.º – Havendo concordância quanto ao preço e à forma de pagamento, far-se-á a expropriação por acordo uma vez satisfeitos os seguintes requisitos:

- a) – que o preço não ultrapasse o valor fixado no laudo de avaliação;
- b) – que o proprietário ofereça título de domínio, com filiação trintenária e certidões negativas de qualquer ônus. Artigo 6.º – Fica a Prefeitura autorizada a proceder as necessárias operações de crédito, para pagamento das despesas com a execução da presente Lei. Artigo 7.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Compra-se. O Diretor do Departamento de Expediente a faça publicar. José de Magalhães – Prefeito Municipal (A CIDADE, 01 out. 1951).

Somado aos investimentos na educação pública, membros do poder público também empreendiam esforços para o desenvolvimento de projetos de assistência à saúde, especialmente, no que diz respeito à construção de maternidades e creches na capital e no interior do estado de São Paulo:

O I.A.P.I Construirá Maternidades e Creches em Todo Brasil
Descentralização dos serviços de assistência médica e criação de ambulatórios no interior – Necessidade urgente desses recursos – A palavra do sr. Carlos Maciel, diretor do Departamento de Inversões da autarquia, que ora visita São Paulo –
Outras notas

S PAULO 6 (DA SUCURSAL)

“Serão construídas maternidade e creches em todo o Brasil, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Nas maternidades será prestada assistência às mães operárias e às esposas dos trabalhadores da indústria. Além da assistência pré-natal e de natalidade a serem prestadas pelas maternidades, estenderá o Instituto os cuidados às mães e filhos nas creches que serão instaladas, de acordo com a lei, a fim de possibilitar a continuação das atividades das genitoras nas fabricas” – disse ontem á reportagem o sr. Carlos Maciel, diretor do Departamento de Inversões da autarquia, que ora visita São Paulo.

CONSIDERADA ATIVIDADE SECUNDARIA

A criação de maternidade e creches, que só agora se efetuará, era tida, pelo regulamento do IAPI, como atividade secundaria da autarquia, em absoluto desrespeito á lei que determinou a sua fundação, além de constituir prejuízo ao bem-estar dos trabalhadores da indústria de todo o país, e ocasionando saldos de verbas que eram aplicadas em empresas lucrativas, tais como construções de prédios suntuosos.

AMBULATORIO MÉDICO NA BELA VISTA

– “A ampliação dos serviços médicos do IAPI em São Paulo se efetuará com a aplicação de nada menos de 45 milhões de cruzeiros” – declarou-nos o sr. Luiz Carlos da Silveira delegado da autarquia neste Estado. Dessa ampliação, a parte principal para a capital esta instalação de um ambulatório médico com capacidade para 10 mil doentes mensalmente, no edifício “Santo Antônio”, situado na Bela Vista, e ora em construção. Até agora, o serviço de assistência médica do IAPI vêm sendo prestados aos trabalhadores da indústria num dos pavilhões da Santa Casa, com 80 leitos onde, em 4 meses, foram realizadas 600 intervenções cirúrgicas. Sendo impossível atender a cerca de 500 mil associados em tão exíguas instalações, a internação de doentes era feita em hospitais particulares, as quais retiam os doentes por mais tempo do que o necessário, onerando dessa forma, a autarquia e prejudicando o operário que, sem necessidade, continuava afastado do trabalho.

AMBULATORIOS NO INTERIOR

Concluindo, informou o delegado do IAPI em São Paulo que, a fim de atender aos associados do Interior, serão criados ambulatórios médicos em Santo André,

Campinas, Sorocaba, Taubaté, Piracicaba, Ribeirão Preto, Jundiaí, Barretos e Bauru
(A CIDADE, 07 jul. 1951).

Contudo, mesmo com as políticas assistencialistas em vigor, o jornal ainda veicula em suas páginas, artigos que mencionam problemáticas sociais acerca da fome, miséria e menores física e moralmente abandonados pelo país. Os seguintes artigos do “A Cidade”, indicam essas situações:

A crise alimentar continua a agravar no país
Dia a dia se constata a baixa do poder aquisitivo do povo

RIO, 15 (Especial) – O Presidente da Republica anotou em sua mensagem de fim de ano, alguns aspectos das atividades governamentais. Pela própria natureza do documento, declaração sintética e de ordem geral não lhe foi possível, evidentemente, abordar certas questões de palpitante atualidade. [...] disso que manter o Chefe do governo, nessa saudação ao povo brasileiro um tom francamente o[...], que o levou, por isso mesmo[...], a dedicar atenção maior aos [...] da administração. Por mais [...] preensível que seja a adoção de [...] linguagem de confiança, for[...]é convir que o excesso de [...] pode vir a ser mal recebido [...], sobretudo em [...] tantas e tão graves [...] para a imensa maioria do [...] brasileiro como o atual. [...] apresentam sinais de evidente crise, capaz de determinar nas respectivas lavouras situações bem difíceis para os produtores, como os [...] alimentícios mantem-se em [...] de produção menos interessantes. Há quem se iludam ao examinar as estatísticas da produção que apresentam pequenos aumentos, sobre a situação brasileira no setor de alimentos [...] melhor sobre os números em apreço. De fato, para o abastecimento brasileiro me[...] de maneira sensível, a produção teria de apresentar índices de crescimento bem mais ponderáveis que os anotados. Isso porque a população brasileira aumenta, regularmente de ano para ano, e também, porque, dado o reduzido consumo total dos brasileiros torna-se indispensável ampliar, desde logo, esse consumo para pretender algumas melhoras no capitulo de alimentação. Ora, se o quadro é esse para aqueles gêneros que conseguem ainda apresentar algum progresso de ano para ano, qual não será o do[...] cuja produção, em te[...] a receita do povo não acompanha o [...] do custo das utilidades. Se verificarmos o quanto compra 1940 e observamos o aumento de vencimentos ou salários, constataremos que o poder de compra das populações baixou perigosamente. [...] que passa aumenta a pobreza do maior numero em proveito da riqueza do menor numero. Como lembrava o brigadeiro Eduardo Gomes, os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Sendo assim, devemos reconhecer que não há como acertar o otimismo que a mensagem presidencial pretende inculcar (A CIDADE, 16 jan. 1949).

O agravamento dos problemas sociais envolvendo os menores delinquentes e abandonados igualmente não passa despercebido pela redação do jornal, tal como indica uma edição publicada em 16 de setembro de 1952.

Na intenção maior de reverter ou possivelmente amenizar as mazelas oriundas da pobreza na qual se encontrava parcela significativa da população, empreendiam-se esforços para cuidar dos adultos empobrecidos, especialmente, pela educação:

Tornou-se obrigatória a matricula nos cursos de educação de adultos

Importante portaria do Juiz de menores de São Joaquim da Barra

Pode-se afirmar sem temor de exagero, que já existe no Estado de São Paulo, uma “consciência coletiva” sensível aos problemas da Campanha de Educação de Adultos e que por toda a parte surgem soluções, às vezes originais e interessantes, para as dificuldades que os mesmos encerram. Em São Joaquim da Barra, por exemplo, o Dr. José Cardoso Filho, MM. Juiz de Menores da Comarca, baixou uma Portaria pela qual, baseando-se nos artigos 28 e 128 do Decreto Federal 17.943 – A, de 12-10-227 e considerando várias disposições relativas a vida social dos menores tornou OBRIGATORIA a matrícula nos cursos de educação de adultos de maiores de 14 anos e menores de 18, cominando as penas previstas na Lei de Contravenções Penais para as infrações á referida Portaria. Pelo mesmo Ato faz aquela autoridade saber, especialmente aos pais de família, que “São tidos pela Lei, como abandonados e vadios os menores que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicidade ou libertinagem e os que, embora vivendo em casa dos pais ou tutor ou guarda, se mostrem retra [...] a trabalho sério e útil, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros públicos, sujeitos, portanto, esses menores a processo regular se os pais ou tutores ao processo vexatório de inibição do pátrio poder ou remoção de tutela por negligencia, incapacidade, mais exemplos, etc.” (A CIDADE, 1951).

Encontramos também uma menção à Sociedade Legião Brasileira, por intermédio do Orfanato Santana na cidade de Ribeirão Preto:

Orfanato Santana Comemoração do primeiro aniversário da fundação

Amanhã, o Orfanato Santana, sito na Vila Tibério comemorará o seu primeiro aniversário de fundação, marcando mais um ano de vitórias para as Irmãs Franciscanas, dirigentes do mesmo. Para comemorar esta bela data, ás 8 horas, será celebrada na Catedral, de nossa cidade, uma missa por S. Excia. Revma. Dom Manuel da Silveira, D’Elboux, Bispo Diocesano. Como se trata de uma grande instituição de caridade espera-se que as pessoas caridosas de nossa cidade, façam, desta maneira, suas orações por intenção do referido Orfanato, que abriga as pobres orfãsinhas desprotegidas da sorte (A CIDADE, 15 ago. 1949).

Por fim, destacamos a destinação de recursos para prédios escolares em todos os estados do Brasil como parte importante dos discursos e práticas assistencialista em voga, especialmente, na segunda metade do século XX:

Escolas Rurais

Em 1948 foram distribuídos recursos para mais 1.600 prédios escolares em todos os Estados da União

RIO, 23 (Agencia Nacional) – Dando prosseguimento a execução do programa de desenvolvimento do sistema educacional brasileiro, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos distribuiu, em 1948, os recursos para mais de 4.600 prédios escolares, disseminados pelas regiões carentes de todos os Estados e Territórios da União. Com mais esta distribuição atinge agora, a 4.360 o número de escolas rurais destinadas a cobrir os “déficits” assinalados na rede escolar primaria do paiz (A CIDADE, 1948).

3.3 A Tarde: "populista, liberal e tendencioso"

Fundado em 1919, o jornal "A Tarde" funcionou até os anos 50. Originalmente aberto pelo capitão do Exército José Osório Junqueira, teve como redator Aristides Motta e o advogado Rubem Cione, que mais tarde seria um dos pioneiros a escrever sobre a História de Ribeirão Preto. Em 1943, o jornal foi vendido a Antônio Machado Sant'anna e Onésio da Motta Cortez.

Para entender o perfil narrativo do referido jornal, faz-se importante saber sobre o currículo e os campos de atuação dos mantenedores. O jornalista Antônio Machado Sant'anna iniciou sua carreira em 1924 como redator do Jornal "A Cidade", sendo que deixou o cargo para comprar e assumir os trabalhos do jornal "A Tarde". Na década de 1950, vendeu o jornal e comprou o "Diário da Manhã". Em 1964, o periódico foi fechado pela Ditadura Civil-Militar, que se instaurou no país.

Como era amigo de Assis Chateaubriand, passou a atuar como correspondente de seu jornal o 'Diários Associados'. Atuou como uma espécie de assessor de imprensa da Secretaria Geral da Associação dos Municípios do Estado de São Paulo, para a qual realizada encontros entre prefeitos. Foi fundador do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo.

Já seu sócio Onésio da Motta Cortez, tinha um perfil voltado às produções históricas e literárias e não realizava articulações políticas. Mas, também migrou para o jornal "A Cidade", onde atuou como redator.

Nas páginas subsequentes, procuramos apresentar algumas das notícias que foram veiculadas pelo jornal "A Tarde" com preocupações acerca das práticas assistencialistas à infância pobre na cidade, assim como sobre o processo de interiorização da LBA no interior do estado de São Paulo nos idos da segunda metade do século XX:

Legião Brasileira de Assistência.

Distribuídas aos estados e municípios as normas para funcionamento, em todo o território nacional da patriótica iniciativa da Sra. Darcy Vargas. A organização do núcleo desta cidade

RIO, 14 (Agencia Nacional) – Simultaneamente com a obtenção do seu registro legal, a Legião Brasileira de Assistência enviou aos Estados e municípios brasileiros instruções sobre a organização a que estará sujeita, em todo o território nacional, a importante obra criada pela sra. Darcy Vargas. A Legião compõe-se do seguinte: - Comissão Central (Rio de Janeiro); Comissões Estaduais (Capitais dos Estados); Centros Municipais e, ainda, quando necessário, Postos Distritais. A Comissão Central compete estabelecer os planos gerais a serem executados em todo o território

nacional, imprimindo-lhes unidade de orientação e processos. As arrecadações e recursos obtidos, ou que estejam sendo coletados pela Legião Brasileira de Assistência serão centralizados pela Comissão Central, que o distribuirá em todos os pontos onde os seus auxílios sejam necessários. As Comissões Estaduais darão assistência moral, sanitária, educacional ou trabalho, junto às famílias dos convocados ou voluntários, seja para as fileiras ou para os trabalhos auxiliares de guerra. As instruções enviadas referem-se também á matrícula das famílias a serem assistidas e as atribuições dos Centros Municipais, aos quais caberá a execução direta dos serviços de assistência nos respectivos municípios, conforme as normas expedidas pelas Comissões Estaduais, que agem, por sua vez, segundo orientação da Comissão Central. Cada Centro Municipal terá um diretório de sete membros, a saber: - presidente, secretaria, tesoureira e quatro vogais. A presidente deverá ser uma senhora de notório espirito cívico, designada pela Comissão Estadual e ouvido o chefe do governo municipal (A TARDE, 12 set. 1942).

Conforme observamos, o *jornal A Tarde* noticiou a interiorização da Legião Brasileira de Assistência –LBA, cuja manchete: *Distribuídas aos estados e municípios as normas para funcionamento, em todo o território nacional da patriótica iniciativa da Sra. Darcy Vargas. A organização do núcleo desta cidade*, assim como o jornal A Cidade demonstrou apoio à iniciativa, embora o perfil deste periódico fosse crítico frente aos projetos vinculados ao Governo Federal.

A matéria traz explicações minuciosas sobre a organização sistemática da LBA, com vistas aos papéis de seus dirigentes, associados e voluntários, bem como ao funcionamento dos donativos, triagem e logística de distribuição aos pobres.

O editorial reúne matérias internacionais, nacionais e locais, com prioridade aos assuntos sobre a II Guerra e o debate político e democrático, enquanto fios condutores da narrativa. O A Tarde mostra-se preocupado com as convocações e a campanha publicitária em prol de se angariar soldados, adeptos e apoiadores para o combate na Guerra.

As pautas relacionadas às problemáticas com a infância física e moralmente abandonada estão presentes. Existem artigos que apontam as práticas criminosas praticadas pelos menores infratores, assim como artigos que veiculam a emergência necessário para políticas públicas direcionadas aos cuidados desses meninos por intermédio das práticas assistencialistas:

Moleques Larápios
Roubando a Pirâmide

Recebemos denuncia positiva que bandos de moleques, aproveitando-se da noite, roubam ferro e outros metais da “pirâmide” levando para compradores nescrupulosos (A TARDE, 03 out. 1944).

Acerca do Instituto de Proteção e Assistência à Infância e da necessidade das práticas assistencialistas, o “A Tarde” publicou ainda em 1944:

Assistência a infância

O movimento do mez de agosto do benemérito estabelecimento local

Durante o mês de agosto findo, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, deu 532 consultas, assim distribuídas: - dr. Alberto Crivelenti – 223; dr. Joel Carneiro – 197; dr. Luiz Lemelle – 82; dr. J. Batista Quartim – 30.

MOVIMENTO GERAL

Crianças vindas do mês anterior – 4.933; matriculadas no mês – 56; atendidas durante o mês – 1.53, consultas medicas – 532á receitas aviadas – 524; injeções aplicadas – 593. OFTALMO-OTORINOLOGIA – A cargo dos drs. Henrique Crosio e dr. Henrique Amorim, foram dadas 57 operações sendo 42 do dr. Crosto e 17 do dr. Amorim. LABORATORIO: A cargo do dr. Evaristo Silva Junior – de sangue, 15; Fezes, 15; Urina, 18; diversos, 11; Total – 59. ODONTOLOGIA: Gabinete odontológico a cargo do dr. Pedro Julião. Em tratamento – 10; Raios ultravioletas – aplicações 179. LEITE: Fornecido gratuitamente – 1.023 litros. O sr. Odilon Rosa de Lima doou 93 litros (A TARDE, 1944).

O jornal A Tarde, trouxe ao longo de anos, matérias a respeito dos problemas enfrentados pela infância pobre, numa perspectiva de debate, diálogo e crítica sobre a falta de soluções para as questões sociais, surgidas em decorrência da miserabilidade vivenciada no período da II Guerra e no pós-II Guerra.

Em contraponto, as forças publicitárias, encampadas pela LBA, que buscavam convencer a todos da necessidade de se posicionar com espírito cívico, no que tange ao envolvimento na Guerra, o Jornal A Tarde, propunha reflexão e perguntava as razões da imersão do país no combate. Homens e mulheres atletas foram recrutados para a Guerra, em detrimento das preparações esportivas. Este fato foi reportado e articulado pelo A Tarde, diferentemente da posição do Jornal A Cidade.

Outro exemplo de veiculação de artigos que expressam as questões voltadas à menoridade em Ribeirão Preto é identificado da seguinte maneira:

Menores pedintes e delinquentes

A ação do Rotary Clube local. O que se tratou na ultima reunião. Telegrama ao Presidente da Republica

O Rotary Clube local na sua reunião semanal focalizou, novamente, um dos mais sérios problemas locais e que diz respeito aos menores que pululam em nossa cidade, pedindo e delinquindo. Na reunião do dia 12, o dr. Jorge Nogueira Gaya, expoz em linguagem clara, a situação desagradável para a cidade, dessa chusma de menores que pedem pelos bares cafés, portas de cinemas, até altas horas da noite e a mandado de país inescrupulosos. O Rotary enviou um officio ao dr. Alcides Fáro, Juiz de Menores, que compareceu á reunião de anteontem, falando a respeito. Declarou s.s. que devido a falta de local para a detenção e regeneração de menores

(não podia rete-los na cadeia local), sentia-se impossibilitado de tomar medidas mais severas. Pedia, portanto, a colaboração preciosa de Rotary para uma campanha meritória, qual a de impedir a proliferação da medicancia infantil. O dr. Alcides Sampaio propõe, então, a campanha contra a esmola ao menor e ao mendigo profissional, revertendo-a em favor das instituições de caridades que aqui somam a 23. Tratou-se a seguir do expediente do Rotary, tendo o sr. Renato G. Leite, secretario, lido o telegrama passado ao Presidente Vargas, nos seguintes termos: “O Rotary Clube de Ribeirão Preto, por unanimidade, deliberou hipotecar irrestrita solidariedade ao Governo do V. Excia., que nesta hora de verdadeira provação, vem com acerto e patriotismo, conduzindo os destinos da nacionalidade, a) Alcides A. Sampaio, presidente”. O sr. Nestor Rodrigues de Almeida propões a seguir, uma salva de palma, às Republicas do Chile e do México, pela passagem da data da Independência das Nações amigas (A TARDE, 1945).

O número expressivo de matérias e notas a respeito das crianças e adolescentes em vulnerabilidade social denota a preocupação do periódico com o assunto infância pobre. O A Tarde denunciou a gravidade da situação de crianças, que furtavam nas ruas de Ribeirão Preto, abandonados à sorte.

A reportagem traz informações sobre a ação social encampada pelo serviço do Rotary Clube, cuja iniciativa social foi enviar telegrama ao então presidente da República, Getúlio Vargas, a fim de que o governo federal tomasse providências para resolver o problema. O teor do texto demonstra a proposta de apoio feita pelo Rotary ao presidente e a contrapartida, representada pela solução do problema social.

De maneira sutil, através dessa articulação, o A Tarde, no ano de 1945, apoiou a crítica ao trabalho da LBA, feita pelo Rotary Clube, que mobilizou juízes da infância e da sociedade da época, com o seguinte apelo: vamos combater a proliferação da mendicância infantil.

O fato de que crianças e adolescentes ainda se encontrassem abandonados nas ruas de Ribeirão Preto, três anos após a interiorização da LBA na cidade, mostra que sua atuação de combate ainda não surtira o efeito propagado.

De acordo com matéria do A Tarde, no ano de 1945, durante a Conferência do Trabalho, ocorrida em Paris, França, uma *Carta às Crianças* foi debatida pelos congressistas de diversas nações de todo o mundo, com o objetivo de tecer um acordo para assegurar os direitos básicos da criança: a saúde, o bem-estar e a educação:

Carta das crianças
Gumerindo Fleury

Terá lugar em Paris no dia 15, a Conferencia do Trabalho. Assuntos de nobres finalidades serão tratados pelos delegados de todas as nações. Uma delas, o Canadá, apresentará o plano de uma “carta das crianças”, que deverá merecer, no conclave o mais decidido apoio dos congressistas. Sugere o texto da “Carta” que os governos de

todos os países “aceitem a responsabilidade de assegurarem a saúde, o bem-estar e a educação de todas as crianças e jovens e a proteção de todos os operários moços, sem distinção de raça, religião, cor ou família, tanto através de ação nacional como por medidas de cooperação internacional”. Entre os aspectos do problema, que serão estudados, em seus detalhes, figuram o exame médico para constatação de capacidade física para emprego e o trabalho no turno, em ocupação não industrial. Um relatório, anexado à “Carta”, sugere que a adoção de tal resolução pela Conferência revelaria um incentivo no fomento de proteção social, em escala sempre maior às crianças e jovens, num momento particularmente oportuno, quando todos os congressistas se mostrarão empenhados em delinear seus planos para a reconstrução da sociedade. Caminha o mundo, pela vontade dos homens, por uma sonda de compreensão entre as criaturas, visando cimentar a amizade entre as nações. O mundo do futuro será uma realização da geração presente e deve ser diferente do de hoje porque os sofrimentos e angústias vividos precisam ter recompensa. A criança de agora tem o direito de esperar desta geração heroica, que tantos sacrifícios fez e vem fazendo, novos rumos de paz, de tolerância. Parece, nada poderá ser construído com segurança sem a educação e o preparo dos infantes para a vida. Dando conforto, recursos para o crescimento físico e moralmente são aos meninos de agora estaremos assegurando ao mundo do futuro uma paz permanente, porque cimentada nos princípios de justiça e de igualdade. Direitos e deveres serão o código que assegurará aos homens de amanhã uma vida melhor porque saberão respeitar os princípios alheios e serão respeitados nos seus. Até hoje poucos, muito poucos países civilizados, têm cuidado, com o carinho necessário do problema da proteção à criança. Todos têm institutos de amparo, creches, lares, coisas muito lindas em cartazes. Nas grandes metrópoles do mundo inteiro, realmente as crianças vivem em triste, lamentável abandono e crescem quase inúteis para a Patria. É possível que com a apresentação da “Carta das Crianças”, generosa iniciativa canadense, algo seja feito em benefício da flor humana, que tudo merece pelo muito de venturas e de alegria que dá. Pode marcar a Conferência do Trabalho em Paris, o dia da redenção da criança (A TARDE, 10 out. 1945).

Neste sentido, o jornal A Tarde contribuiu com a fomentação do debate concernente aos problemas sócio-políticos relacionados à infância, conforme o exemplo da publicação da *Carta da criança*, importante documento que norteou a Conferência do Trabalho, ocorrida em 15 de outubro de 1945, na cidade de Paris, França, onde delegados de várias nações do mundo discutiram melhores tratamentos à infância.

As notícias, com as manchetes: *Moleques larápios e menores pedintes e delinquentes* demonstram uma linguagem narrativa discriminatória voltada ao tratamento à criança. Entretanto, abrem o debate e denunciam o agravamento da situação da infância na cidade. A divulgação publicitária das doações, consoante a matéria *Assistência à Infância*, na qual o Instituto de Proteção à Infância declara as doações realizadas, também fomentam a gravidade das questões sociais enfrentadas pela criança pobre, na época. Os referidos donativos vinham da LBA:

Cuidado com as crianças
Refeições para os escolares londrinos

LONDES, 27 (B.N.S.) – Graças às medidas de proteção à saúde e bem-estar dos escolares britânicos adotadas pelo Ministério da Alimentação, a criança que

ingressar agora numa escola livre de Londres poderá obter com os dois * tudo que necessita para uma boa alimentação: carne, puré de batatas, vegetais frescos, etc. – e para sobremesas: pudim e doces de creme. O Ministerio da Alimentação providencia o fornecimento dos gêneros alimentícios, cabendo ao Serviço Alimentar do Conselho do Condado de Londres, a tarefa de prepara-los e servi-los aos colegiais. Antes da guerra, as refeições eram servidas somente ás crianças realmente necessitadas, ou o que é obvio, mal alimentadas em casa. Durante a guerra, como as mães tinham de sair para o trabalho o dia todo, os filhos comiam onde e como podiam. Foi então, que o Governo tomou a seu cargo a tarefa de fornecer-lhes refeições quentes ao meio-dia. Naturalmente, as escolas não foram projetadas com essa finalidade. Um bom numero de escolas londrinas são de estilo antiquado com 50 ou 60 anos de existência, e em algumas delas era impossível adicionar ou converter uma cozinha em salas de jantar. Assim sendo para as escolas como [...] tiveram de ser organizadas, e as refeições preparadas, postas em vasilhas separadas e distribuídas em carrinhos á hora do almoço. Em outras, onde foi possível converter uma sala de aula em cozinha, os escolares fazem sua refeição nas carteiras. A distribuição é feita pela professora, auxiliada por dois colegiais mais velhos, encarregados de ajudar os menores. O alimento é excelente, saudável e preparado com todos os requisitos de higiene. Apesar do racionamento, aos colegiais das escolas livres londrinas não falta uma boa refeição (A TARDE, 27 out. 1945).

A matéria internacional intitulada *Cuidado com as crianças – refeições para os escolares londrinos* registra um fato ocorrido em Londres, Inglaterra, sobre como o governo londrino alimentava as crianças nas escolas. Muitos elogios à qualidade da alimentação escolar e forte argumentação a respeito do quanto a nutrição infantil pode prevenir doenças e garantir uma população mais saudável no futuro são as tendências desta reportagem do A Tarde, carregada de elementos persuasivos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que A LBA se firmou, enquanto entidade assistencial e assistencialista, a partir de seus serviços voltados a infância pobre. Assim como os meios podem explicar os fins, conferimos que a visibilidade e notoriedade, provocadas pela divulgação, propagação e projeção, jornalísticas, tornaram-se características marcantes na trajetória da instituição, criada pela primeira-dama Darcy Vargas. Neste sentido, o idealismo, nacionalismo e funcionalismo, impulsionaram sua interiorização e atraíram parceiros e voluntários, envolvidos com as questões sociais, que impactaram a história social da infância de Ribeirão Preto, entre os anos de 1942 a 1954.

Competia à LBA em sua função social enquanto órgão regulador, organizar os problemas gerados no Pós Segunda Guerra Mundial, sendo: pobreza extrema; desnutrição infantil; mortalidade precoce; abandono de crianças; etc. Em contrapartida, havia um plano, protagonizado pelo setor educacional, com apoio da LBA, que visava controlar o referido fenômeno, de forma que o Estado pudesse funcionar, dentro de um padrão nacionalista. A ideia era homogeneizar a população, oferecendo às novas gerações, sobretudo às mais pobres: escola humanística, com formação moral e cívica; cursos técnicos e escolas rurais, voltadas aos oriundos do campo e pobres urbanos; comida nutritiva (sopa); saúde (vacinação contra epidemias); trabalho (técnico); abrigos e reformatórios; etc.

A partir do que se publicou sobre a LBA nos jornais, apuramos que a instituição buscou ajuda, junto a instituições consolidadas como a Igreja Católica, clubes de serviços, associações comerciais, industriais, para pôr em prática seus objetivos e conseguiu. Reuniu pessoas da sociedade mais rica e ou representantes políticos, institucionalizados: proprietários da indústria e comércio; membros de seguimentos religiosos; associados a diversas outras instituições de classe. Isto é, a LBA trouxe para a sua diretoria aqueles, para os quais a projeção social e política representava algo interessante, importante e vital para efetivação de seus projetos e conquistas.

Discernimos, portanto, que os interesses pela divulgação, projeção e propagação da referida instituição, explicam-se a partir da narrativa jornalística, onde tanto os textos escritos, quanto o acervo de fotografias ilustrativas, evidenciam o teor da linguagem empregada para

enaltecer seus serviços prestados. A constante publicação da ressalva dos nomes das pessoas, famílias e instituições parceiras da LBA sobre a doação de dinheiro e ou entrega de donativos aos pobres, projetou-lhes como ‘sujeitos solidários’ e ‘instituições solidárias’. Tratou-se de um mecanismo espontâneo de construção da representação social da LBA e seus aliados.

Entretanto, a proposição inicial da LBA era atuar como uma legião, termo que na época significava ‘como um corpo em ação numa luta em campo’. Os lemas, presentes na narrativa da LBA, ditavam como congregar as organizações de boa vontade e construir uma ideologia de que o serviço social, por ela prestado, seria um ato de vontade e não um ato de direitos e deveres.

A questão do ato cívico e o despertar de um sentimento ou paixão, a partir de um nacionalismo exacerbado, também foram abordagens recorrentes da LBA. Assim, as campanhas em prol da participação dos jovens na II Guerra Mundial, desenvolvidas pela LBA são os principais fatores que explicam o expressivo número de jovens que serviram nas Forças Armadas Brasileiras, nesta época.

Neste mesmo sentido, o desempenho do papel da primeira-dama Darcy Vargas foi espelhado pelas figuras públicas femininas da época, o que perdurou por muitos anos, por parte das subseqüentes primeiras-damas e até mesmo nas demais mulheres, envolvidas com as causas políticas, sociais, filantrópicas e beneficentes. Passaram a atuar como assistentes sociais, diretoras ou voluntárias da LBA imbuídas dos lemas voltados às causas humanitárias urgentes, quanto ao enfrentamento das calamidades públicas, extrema pobreza, mortalidade infantil e sobretudo a atender às famílias pobres (não previdenciárias).

Em relação aos conceitos de assistencialismo e assistência social, elaboramos que de fato foram duas práticas distintas realizadas por instituições sociais nesta época, sobre as quais a LBA se firmou. Para refletir sobre essa afirmação faz-se importante considerar que a gênese da LBA é marcada pela participação efetiva das mulheres em todo o Brasil, no caso de Ribeirão Preto, as primeiras integrantes, pertenciam à ‘Cruz Vermelha’ e esse aspecto histórico coloca as mulheres ligadas às causas sociais, num papel de destaque na elaboração do perfil da atuação desta instituição. Dessa forma encontramos diversas matérias jornalísticas que ressaltam as doações feitas pelas mulheres ricas, na pessoa de seus maridos, em dinheiro e também na forma de objetos ou alimentos para a LBA, bem como a participação como voluntárias.

A atividade de assistencialismo se difere do desenvolvimento do conceito de assistência social a partir das estratégias utilizadas em seus trabalhos. Alguns exemplos

marcantes de ações assistencialistas, carregadas de simbolismo, empregas pela LBA, cujo caráter utilizou mecanismos publicitários, são os seguintes: ao chamar as senhoras da sociedade para entregarem chocolates e cigarros aos soldados '*pracinhas brasileiros*' da Força Expedicionária, a primeira-dama Darcy Vargas cria uma representação de herói, que passa a ser empregada aos combatentes da II Guerra Mundial. Da mesma maneira, quando propôs que cada soldado escrevesse cartas para uma mulher, ligada à LBA, a fim de que a mesma atuasse como sua *madrinha de guerra*. O caráter assistencialista da LBA também se explica pelos donativos emergenciais destinados às instituições que abrigavam a criança pobre, tais como: o leite, a sopa e as roupas.

Já o termo 'assistência social' tem um teor desenvolvimentista e seu conceito está atrelado às diretrizes das políticas públicas de prevenção e combate à pobreza de toda ordem, no que tange às questões sociais, culturais e educacionais. Trata-se do estabelecimento de projetos, que consideraram o desenvolvimento em curto, médio e longo prazos, de programas que cuidaram dos seguintes problemas: fome e desnutrição infantil; mortalidade precoce; analfabetismo; doenças (puericultura); abandono de crianças, etc. Tais programas foram encampados, durante o movimento da escola nova, sobretudo quando o então ministro da Educação Gustavo Capanema, atuou à frente neste setor, durante o governo de Getúlio Vargas. Foram tempos em que todos os setores: políticos, econômicos, instituições religiosas, davam a educação a responsabilidade e o poder de moldar a sociedade, a partir da criação de espaços de mobilidade social, voltados a formação da mentalidade das pessoas, planejadas pelas reformas educacionais (mudanças curriculares e novas diretrizes), com vistas na participação frente as propostas políticas.

Conquanto, consideramos que a LBA se firmou tanto a partir das atividades assistencialistas, quanto das de assistência social, sendo que sua interiorização foi projetada por meio da visibilidade promovida pelas publicações jornalísticas, cujos textos e fotografias argumentaram sobre a necessidade e a relevância de ambas as práticas, numa espécie de tessitura dos arranjos políticos que persuadiram à formação e aprovação da opinião pública neste período.

Todavia, a instituição 'mãe dos pobres' protagonizou a construção da representação social e seus entrecruzamentos com o paradigma do tratamento dado a normatização da infância pobre na época. Isso nos leva a interpretar que a LBA representou a "Estrutura Social", cujo projeto criado para se firmar enquanto órgão regulador do serviço social tinha um interesse maior pelo assistencialismo, voltado ao atendimento a crianças pobres, no

âmbito do acolhimento e da saúde, o que significava considerar a alimentação saudável (básica) parte importante no processo.

Do conjunto de jornais/diários/periódicos de São Paulo, escolhemos os três jornais por serem pioneiros: *Correio Paulistano*, *A Cidade* e *A Tarde de Ribeirão Preto*. Eles possuem algo em comum na forma com que trataram os assuntos relacionados à LBA, em seus editoriais: publicaram redações enaltecidas, tanto quanto o fizeram para as notícias corriqueiras, com caráter narrativo, persuasivo. Mas, o Jornal A Tarde, mostrou-se crítico em relação à atuação da LBA, à medida que prossegue com as publicações sobre as crianças que se encontravam abandonadas nas ruas, envolvendo-se em roubos e outras formas de violência, mesmo após a interiorização da LBA.

A escolha dos referidos jornais se deu também em razão de que os editoriais dos três compunham-se entre os assuntos políticos, sociais, educacionais e comerciais, cuja liberdade de expressão foi tolhida pela censura. Esse fato norteou a narrativa, à medida que observamos matérias de divulgação dos projetos e atuações que tiveram êxito no Governo Vargas e em muitos casos, as redações sobre a atuação da LBA fazem concatenações com o referido presidente e sua primeira-dama Darcy Vargas.

Mesmo as matérias críticas, como a que relata o trabalho do Rotary Clube, em solicitar ao Governo providências quanto às crianças abandonadas nas ruas em 1945, mostraram-se preocupadas com possíveis acareações varguistas.

O *Correio Paulistano* circulou em âmbito estadual e os outros dois, *A Cidade* e *A Tarde*, ambos de Ribeirão Preto, municipal, sendo que a autoapresentação dos três periódicos se dava numa perspectiva democrática, humanitária, publicitária, comercial e política, vanguardistas, reformistas e liberais republicanos, quando as matérias se relacionam à infância pobre e às questões sociais. O lema do *Correio Paulistano* era: O Jornal que “não ladra, não cacareja e não morde”. O que lhe confere uma tendência diplomática em relação aos assuntos políticos, mas ao mesmo tempo mostra certa preocupação com a censura ditatorial varguista. Dessa mesma forma, os dois jornais do interior mostraram-se preocupados com as necessidades comerciais de venda de inserções publicitárias, quando notamos um volume considerável de inserção de matérias que poderiam interessar aos políticos e proprietários do comércio e indústria da época. Ou seja, a segmentação de ambos se voltava à classe dominante.

Entretanto não encontramos publicações sistemáticas ou consistentes, sobre as medidas educacionais, implantações e projetos das escolas primárias, então existentes, o que

nos leva a deduzir que não havia um planejamento ou acordo de divulgação entre o setor educacional e os respectivos jornais. As poucas publicações se davam, espontânea e aleatoriamente. Foi a partir dos eixos históricos e circunstâncias sociais de pobreza vivenciados pela criança daquela época, herança do Pós Segunda Guerra Mundial, que houve importante impacto na construção das representações normativas sobre a infância pobre e os modelos educacionais para ela direcionados. Tendo em vista que este sujeito (a criança) se encontrava num lugar, território geográfico, num espaço e num tempo, cujas forças exteriores tragaram sua identidade e a submeteram a um processo de atendimento assistencialista e ou de serviço social, consideramos que nem mesmo a LBA e o sistema educacional, deram conta de resolver a referida questão social de pobreza, analfabetismo e abandono, em termos tangíveis.

O referido fato social dava a este sujeito, a criança, uma autonomia relativa frente ao sistema social que a submetia a forças de permanência em seu estado de pobreza, enquanto as forças de mudança, relacionavam-se as necessidades urgentes, imediatistas, que eram latentes: a fome e o abandono significavam a perspectiva de mortalidade precoce.

A LBA se consolidou através da habilidade organizadora à medida que conseguiu reunir, em prol da realização de seus objetivos, centenas de pessoas influentes, intelectuais, personalidades públicas, famílias ricas, membros da Igreja Católica, Instituições sociais, Associações comerciais e industriais, firmando-se como forte *base estrutural*, da qual se referiu (GRAMSCI, 2004).

Os prêmios dados pela LBA, às pessoas e empresas que doavam dinheiro ou trabalhavam “*honrosamente*” em prol de sua causa social, por exemplo, a Medalha do Mérito Legionário, surgiam como estratégias que estimulavam a participação da sociedade civil, em âmbito privado e a sociedade política, em âmbito público. Esta estrutura social exerceu hegemonia diante da sociedade de massa, facilmente comandada, devido ao estado de vulnerabilidade social, no qual se encontravam.

REFERÊNCIAS

Fontes

A CIDADE. Primeira nota, 1905.

A CIDADE. Panorama Político, 1942.

A CIDADE. Educação Social – José Camarinha Nascimento, 1943.

A CIDADE. Escolas Rurais. Em 1948 foram distribuídos recursos para mais 1.600 prédios escolares em todos os Estados da União, 1948.

A CIDADE. A crise alimentar continua a agravar no país. Dia a dia se constata a baixa do poder aquisitivo do povo, 1949.

A CIDADE. Orfanato Santana Comemoração do primeiro aniversário da fundação, 1949.

A CIDADE. Mortalidade infantil, 1949.

A CIDADE. Anjos das Crianças. Provavelmente o mensageiro das Crianças Italianas virá a Ribeirão Preto – Reunião de hoje na Prefeitura Municipal, 1949.

A CIDADE. O I.A.P.I Construirá Maternidades e Creches em Todo Brasil. Descentralização dos serviços de assistência medica e criação de ambulatórios no interior – Necessidade urgente desses recursos – A palavra do sr. Carlos Maciel, diretor do Departamento de Inversões da autarquia, que ora visita São Paulo – Outras notas, 1951.

A CIDADE. Tornou-se obrigatória a matricula nos cursos de educação de adultos. Importante portaria do Juiz de menores de São Joaquim da Barra, 1951.

A CIDADE. O jornal e a política: Francisco Pati, 1951.

A CIDADE. O poder público e a função social do jornalismo A crítica construtiva da imprensa apreciada pelo chefe da nação, 1951.

A CIDADE. Desapropria terreno para a construção do 6º grupo escolar, 1951.

A TARDE. Legião Brasileira de Assistência Distribuídas aos estados e municípios as normas para funcionamento, em todo o território nacional da patriótica iniciativa da Sra. Darcy Vargas. A organização do núcleo desta cidade, 1942.

A TARDE. Moleques Larápios Roubando a Pirâmide, 1944.

A TARDE. Assistência a infância. O movimento do mez de agosto do benemérito estabelecimento local, 1944.

A TARDE. Menores pedintes e delinquentes. A ação do Rotary Clube local. O que se tratou na última reunião. Telegrama ao Presidente da República, 1945.

A TARDE. Carta das crianças. Gumercindo Fleury, 1945.

A TARDE. Cuidado com as crianças. Refeições para os escolares londrinos, 1945.

CORREIO PAULISTANO. Para dar amparo aos mobilizados e suas famílias. A Sra. Darcy Vargas cria a Legião Brasileira de Assistência. 27 ago. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Legião Brasileira de Assistência. 27 ago. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Novas manifestações de solidariedade ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Interventor Federal. 27 ago. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Solidariedade das classes produtoras paulistas com o Governo da Nação. 27 ago. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Extraordinário vulto de uma humana e nobre iniciativa. Sobe a mais de 3.000 mil contos a subscrição patrocinada pela Sra. Osvaldo Aranha. 28 ago. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Estudantes das nossas escolas superiores colaborarão com as autoridades militares na defesa passiva antiaérea – várias. 24 ago. 1942.

CORREIO PAULISTANO. A Legião Brasileira de Assistência em São Paulo. 29 ago. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Palácio do Governo. 02 set. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Moção de solidariedade ao presidente Vargas. 02 set. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Legião Brasileira de Assistência. 06 set. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Legião Brasileira de Assistência. 15 set. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Organização da Legião Brasileira de Assistência. 17 set. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Legião Brasileira de Assistência – Organização das comissões central e estaduais. 20 set. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Legião Brasileira de Assistência. 24 set. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Solidariedade da mocidade de Itapetininga ao Presidente da República. 24 set. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Vitória do Brasil e Legião Brasileira de Assistência – Prosseguem os trabalhos da Comissão Estadual dessa entidade. 25 set. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Instalada ontem a Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência. 26 set. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Federação Espírita do Estado de São Paulo. 27 set. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Legião Brasileira de Assistência. 01 out. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Legião Brasileira de Assistência. 10 out. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Legião Brasileira de Assistência. 10 out. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Meio por cento sobre o salário de contribuição dos segurados de Caixas de Aposentadorias e Pensões. 10 out. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Legião Brasileira de Assistência. 17 out. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Atividades da Legião Brasileira de Assistência em Taubaté. 17 out. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Noite de arte regional. 18 out. 1942.

CORREIO PAULISTANO. Legião Brasileira de Assistência de Ribeirão Preto. 08 dez. 1942.

Bibliografia

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AZANHA, José Mário P. **Uma ideia de pesquisa educacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

BOTO, Carlota. O desencanto da criança: entre a renascença e o século das luzes. *In*: FREITAS, M. C.; KUHLMANN JR., M. **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-60.

BARBOSA, Michele Tupich. Legião brasileira de assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946). 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 5, n. 11, abr. 1991.

COMENIUS. **Didática magna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CUNHA, Marcus Vinicius. O conhecimento e a formação humana no pensamento de Aristóteles. *In*: PAGNI, Pedro Angelo; SILVA, Divino José da. **Introdução à filosofia da educação: temas contemporâneos e história**. São Paulo: Avercamp, 2007.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FILLOUX, Jean-Claude. **Émile Durkheim**. Recife: Fundação Joaquim Macedo: Massangana, 2010. 148p.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, p. 58-78, Jan. /Fev. / Mar. / Abr. 1999.

FONSECA, Sérgio César. C.; ALMEIDA, Elmir de. A Legião Brasileira de Assistência em São Paulo e a interiorização de políticas para a infância. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 123-141, maio/ago. 2016.

FONSECA, Sérgio César da. Ribeirão Preto e a chegada da assistência institucional à infância ao Oeste Novo. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 14, n. 2, maio/ago. 2015.

- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GRAMSCI, Antônio. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2007.
- KARSCH, Úrsula M. Simon. **O serviço social na era dos serviços**. São Paulo: Cortez, 1987.
- KRAMER, S. Currículo de Educação infantil e a formação dos profissionais de creche e pré-escola: Questões teóricas e polêmicas. *In*: KRAMER, Sônia (Org.). **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/ Coedi, 1994.
- KRAMER, Sônia. O papel social da pré-escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 58, p. 77-81, ago. 1986.
- KUHLMANN JR, Moyses. Educando a infância brasileira. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 469-496.
- LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. *In*: CHAMPAGNE, Patrick *et al.* (orgs.). **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59-106.
- LOPES, Jader Jane Moreira. Geografia das crianças, geografia da infância. *In*: REDIN, Euclides; MULLER, Fernanda; REDIN, Marita Martins (Orgs.). **Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças**. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 43-56.
- MACLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. Tradução de Décio Pignatari. Ed. Cultrix, 1974.
- MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MONTI, Carlo Guimaraes. **História da cafeicultura em Ribeirão Preto, rede de negócios e o crédito agenciado pelo empreendedor Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890-1915)**. Curitiba: CRV, 2021.
- PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. Outras leituras da cidade: experiências urbanas da população de Ribeirão Preto durante a Primeira República. **Tempo**, Niterói, v. 10, n. 19, jul./dec. 2005.
- POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. São Paulo: Editorial, 1999.
- SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000

SOUZA, Rosa de Fátima. **Alicerces da pátria**: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2009.

SPOSATI, A. O. **A menina Loas**: um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004

SPOSATI, Aldaíza de O. Assistência X assistencialismo X assistência social. In: Conferência nacional de assistência social no Brasil. [**Anais**]. Brasília: [s. l.], 1995.

SPOSATI, Aldaíza de O. *et al.* **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

TORRES, Iraídes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e de poder. São Paulo: Cortez, 2002.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

YAZBEK, Maria Carmelita. A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento. **Revista**